

PROCESSO Nº
45/14

REG. PROC. Nº
06

FL. 1
FOLHA Nº
08V



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

AUTOS DE

PROJETO DE LEI Nº 27/14

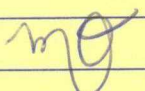
Dispõe sobre o Programa Municipal de Organizações Sociais e dá
outras providências.

Autor: de Prefeito Municipal

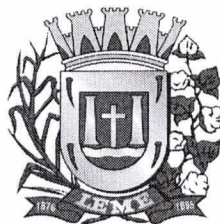
E M E N D A S

AUTUAÇÃO

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho de 2014
autuo o P.L. nº 27/14 e o of. nº 467/14 em frente.

Eu, , subscrevi

A.L. nº 26



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M.LEME	
Pr 45/14	Fis 02
mg	

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME		
Prot.N. 1327	L.N.º 33	Fis. 127
Recebido em 24/06/2014		
mg		
FUNCIONÁRIO		

Ofício nº 467/14

Leme, 23 de Junho de 2014

Excelentíssimo Senhor,

Através do presente encaminho a essa Colenda Casa para apreciação do Projeto de Lei que **“DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**, para que seja regularmente processado por esta C.Câmara, **em regime de urgência especial**.

Aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e Nobres Pares, os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


PAULO ROBERTO BLASCKE
Prefeito Municipal de Leme

Ao

Excelentíssimo Senhor

José Eduardo Giacomelli

DD. Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme/SP

Nesta

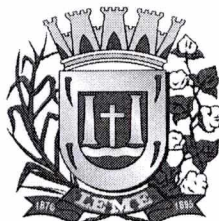
REGISTRO

Registrado sob o nº de ordem 45

fls 08v, do Registro de Processo nº 06

Leme, 24 de junho, de 20 14

Funcionário mg



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M. LEME	
Pr 45/14	Fis 03
me	

PROJETO DE LEI Nº 27 DE 2014.

“DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O **Prefeito do Município de Leme**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Leme aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

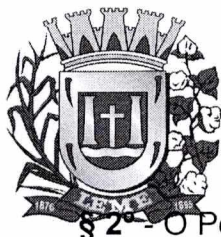
PROGRAMA MUNICIPAL DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Artigo 1º - O Programa Municipal de Organizações Sociais tem o objetivo de fomentar a absorção, pelas Organizações Sociais qualificadas na forma desta Lei, de atividades e serviços de interesse público, atinentes ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e institucional, à proteção e preservação do meio ambiente, à saúde, ao trabalho, à ação social, à cultura ao desporto e à agropecuária, tendo como diretrizes básicas:

- I - adoção de critérios que assegurem padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao cidadão;
- II - promoção de meios que favoreçam a efetiva redução de formalidades burocráticas na prestação dos serviços;
- III - adoção de mecanismos que possibilitem a integração entre os setores públicos do Município a sociedade e o setor privado;
- IV - manutenção de sistema de programação e acompanhamento das atividades que permitam a avaliação da eficácia quanto aos resultados.

Artigo 2º - O Poder Executivo poderá transferir atividades e serviços públicos indicados no art. 1º, para as Organizações Sociais, observado o disposto nesta Lei e na Lei Federal nº 9677/98.

§ 1º - A transferência de que trata este artigo pressupõe prévia manifestação da Secretaria Municipal da área correspondente às atividades e serviços a serem transferidos, quanto a sua conveniência e oportunidade.



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M. LEME	
Pr 45/14	Fls 04

§ 2º - O Poder Executivo deverá conferir publicidade ao propósito de transferência da atividade ou serviço por meio de avisos publicados no mínimo por duas vezes nos jornais de circulação diária e ampla, além de disponibilização nos meios eletrônicos de comunicação.

CAPÍTULO II

QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADE COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL

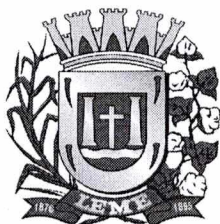
Artigo 3º - Organizações Sociais são entidades de direito privado, sem fins lucrativos que, mediante qualificação e formalização de contrato de gestão, celebrado com o Poder Público, passam a absorver a gestão e execução de atividades de interesse público no âmbito do Programa Municipal de organizações Sociais.

Artigo 4º - A qualificação da entidade como Organização Social se dará por ato do Prefeito Municipal, e poderá ocorrer a qualquer tempo e independente de sua seleção.

Artigo 5º - O requerimento de qualificação da entidade será instruído com a comprovação do registro de seu estatuto dispondo sobre:

- I - natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
- II - finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- III - estruturação mínima composta pelos órgãos de administração abaixo mencionados, cuja composição e atribuição deverão constar do ato constitutivo:
 - a) - uma diretoria estatutária;
 - b) - um conselho fiscal;
 - c) - uma assembléia geral.

Artigo 6º - A entidade deverá, após ser selecionada para firmar o contrato de gestão e antes de iniciar o mesmo, criar um Conselho de Administração Local, por intermédio de ata de assembleia geral extraordinária de seus associados,



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M. LEME	
Pr 45/14	Fis 05
mg	

que terá como atribuição para decidir todas as questões inerentes ao Contrato de Gestão, Cogestão ou Ato Convenial, no Município onde for qualificada como Organização Social, devendo tal órgão, já definido como Conselho de Administração, ser regido pelas seguintes regras:

I - ser composto por:

- a) - 60% (sessenta por cento) de membros eleitos dentre os membros ou os associados;
- b) - 30% (trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho de Administração, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- c) - 10% (dez por cento) de membros eleitos pelos empregados da entidade;

II - os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho de Administração Pública terão mandato de 4 (quatro) anos, admitida uma recondução;

III - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de 2 (dois) anos, segundo critérios estabelecidos no Regimento Interno do Conselho de Administração;

IV - o dirigente máximo da entidade poderá participar das reuniões do Conselho de Administração, sem direito a voto;

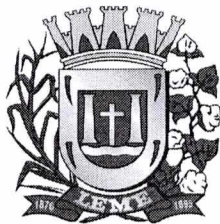
V - o Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente 3 (três) vezes ao ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo;

VI - os conselheiros não receberão remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à Organização Social, ressalvada a eventual ajuda de custo por reunião da qual participem;

VII - os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria estatutária da entidade devem renunciar ao assumirem as correspondentes funções executivas;

VIII - são as seguintes as atribuições privativas do Conselho de Administração, em relação ao Contrato de Gestão firmado com o Poder Público, dentre outras:

- a) - fixar o âmbito de atuação da dependência fiscal da entidade, para consecução do seu objeto específico;
- b) aprovar o Contrato de Gestão;



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M. LEME	
Pr 45114	Fis 06
mg	

c) aprovar a proposta de orçamento do Contrato de Gestão e o programa de investimentos;

d) aprovar o Regimento Interno da dependência fiscal criada em razão do Contrato de Gestão, que deve dispor sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências;

e) aprovar por 2/3 (dois terços) de seus membros o regulamento contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras e serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;

f) aprovar e encaminhar à Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela diretoria estatutária;

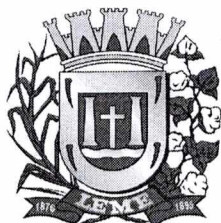
g) fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas no Contrato de Gestão e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa, se for o caso.

IX - Proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado membro da entidade.

Parágrafo único - O pedido de qualificação como Organização Social será encaminhado ao Prefeito Municipal por meio de requerimento escrito acompanhado de documentos que comprovem o efetivo desenvolvimento das atividades descritas no artigo 1º, bem como, constituição da entidade em período superior há 5 (cinco) anos.

Artigo 7º - As entidades qualificadas como Organizações Sociais ficam equiparadas, para efeitos tributários, às entidades reconhecidas de interesse social e de utilidade pública, enquanto o Contrato de Gestão for vigente.

Artigo 8º - A entidade perderá a sua qualificação como Organização Social, a qualquer tempo, quando houver alteração nas condições que ensejaram o recebimento da qualificação ou quando constatado o descumprimento das disposições contidas no Contrato de Gestão.



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M. LEME	
Pr 45/14	Fis 07
mg	

§ 1º - A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da Organização Social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º - A desqualificação importará reversão dos bens cujo uso lhes tenha sido permitido pelo Município e dos valores entregues para utilização da Organização Social, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

CAPÍTULO III

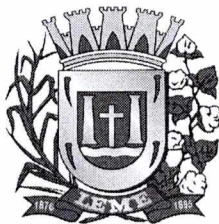
SELEÇÃO

Artigo 9º - Ocorrerá o processo de seleção de entidades quando houver mais de uma instituição qualificada para prestar o serviço objeto da parceria para fins da transferência de que trata esta Lei, e ela far-se-á com observância das seguintes etapas:

- I – publicação do edital;
- II – recebimento e julgamento das propostas;

Artigo 10 - O edital conterá:

- I – descrição detalhada da atividade a ser transferida e dos bens e equipamentos a serem destinados para esse fim;
- II – critérios objetivos para o julgamento da proposta mais vantajosa para a administração pública, que restará comprovada mediante avaliação do projeto apresentado, de acordo com as diretrizes fixadas pela respectiva secretaria municipal ora envolvida junto ao respectivo processo, que deverá estabelecer critérios de pontuação, mediante suas diretrizes e planejamento já proposto e em execução, em se tratando de concurso de projeto;
- III – apresentação além de proposta técnica, conforme elencada no item II, de proposta financeira complementar; e
- IV – fixação de prazo para apresentação de proposta de trabalho.



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M.LEME	
Pr 45/14	Fis 08
mg	

Artigo 11 - A proposta de trabalho apresentada pela entidade deverá conter os meios e os recursos orçamentários necessários à prestação dos serviços a serem transferidos e ainda:

I - especificação do programa de trabalho proposto;

II - especificação do orçamento;

III - definição de metas operacionais, indicativas de melhoria da eficiência e qualidade do serviço, do ponto de vista econômico, operacional e administrativo, e os respectivos prazos de execução;

IV - definição de indicadores adequados de avaliação de desempenho de qualidade na prestação dos serviços autorizados;

V - comprovação da regularidade jurídico-fiscal e da boa situação econômico-financeira da entidade;

VI - comprovação de capacidade técnica para desempenho da atividade definida junto ao instrumento contratual.

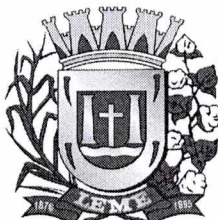
§ 1º - A comprovação da boa situação financeira da entidade far-se-á por meio do cálculo de índices contábeis usualmente aceitos.

§ 2º - A exigência do inciso VI deste artigo, limitar-se-á à demonstração, pela entidade, de sua experiência gerencial na área relativa ao serviço a ser transferido, bem como da capacidade técnica do seu corpo funcional, podendo o edital estabelecer, conforme recomende o interesse público e considerando a natureza dos serviços a serem transferidos, tempo mínimo de existência prévia das entidades interessadas a participar do procedimento de seleção.

Artigo 12 - No julgamento das propostas serão observados, além de outros definidos em edital, os seguintes critérios:

I - Economicidade e otimização dos indicadores objetivos e de eficiência e qualidade do serviço;

II - Demonstração da vantajosidade do projeto, frente a demanda municipal por qualificação de sua estrutura assistencial.



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M. LEME	
Pr 45/14	Fls 09
mg	

Artigo 13 - Demonstrada a inviabilidade de competição e desde que atendidas as exigências relativas à proposta de trabalho, a entidade poderá ser convidada a assinar o Contrato de Gestão.

Parágrafo único - Para os efeitos desta lei dar-se-á inviabilidade de competição quando:

I - após a publicidade da atividade a ser transferida pelo Poder Público apenas uma entidade houver manifestado interesse pela gestão da atividade a' ser transferida;

II - houver impossibilidade material técnica das demais entidades participantes, caso em que deverá ser ouvido o Conselho Municipal da área correspondente à atividade a ser transferida.

Artigo 14 - Constitui condição indispensável para a participação no procedimento de seleção a prévia qualificação como Organização Social da entidade interessada.

CAPÍTULO IV

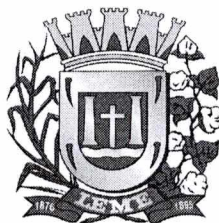
SEÇÃO I

CONTRATO DE GESTÃO

Artigo 15 - Para os efeitos desta Lei entende-se por Contrato de Gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como Organização Social com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no artigo 1º.

Parágrafo único - É dispensável a licitação ou concurso de projeto para a celebração do Contrato de Gestão de que trata o "caput" deste artigo, nos termos do art. 24, XXIV, da Lei Federal nº 8.666/93, com a redação dada pela Lei Federal nº 9.648/98.

Artigo 16 - O Contrato de Gestão será instrumentalizado sempre por escrito, com as atribuições, responsabilidades e obrigações a serem cumpridas pelo Município e pela Organização Social, observando as regras gerais de direito público e deverá conter cláusulas que disponham sobre:



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M. LEME	
Pr 45/14	Fis 10
mg	

I - atendimento indiferenciado aos usuários dos serviços objeto do Contrato de Gestão;

II- indicação de que, em caso de extinção da Organização Social ou rescisão do Contrato de Gestão, o seu patrimônio, os legados é as doações que lhe forem destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão incorporados ao patrimônio do Município ou ao de outra Organização Social qualificada na forma desta Lei, ou, ainda, a entidade sem fins lucrativos atuante na mesma área que a extinta, localizada no Município de Leme, ressalvados o patrimônio, bens e recursos pré-existent ao contrato ou adquiridos com recursos a ele estranhos;

III - adoção de práticas de planejamento sistemático das ações da Organização Social mediante instrumentos de programação, acompanhamento e avaliação de suas atividades, de acordo com as metas pactuadas;

IV - obrigatoriedade de publicação anual de demonstrações financeiras elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade e do relatório de execução do Contrato de Gestão;

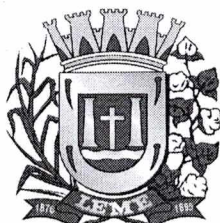
V - obrigatoriedade de especificar o programa de trabalho proposto pela Organização Social, estipular as metas a serem atingidas, os prazos de execução e os critérios objetivos de avaliação de desempenho, inclusive mediante indicadores de qualidade e produtividade;

VI - estipulação de limites e critérios para remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem pagas aos dirigentes e empregados da Organização Social, no exercício de suas funções;

VII - vinculação dos repasses financeiros que forem realizados pelo Município ao cumprimento das metas pactuadas no Contrato de Gestão.

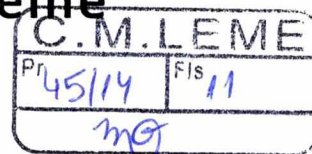
§ 1º - Em casos excepcionais e sempre em caráter temporário, visando a continuidade da prestação dos serviços e mediante autorização prévia e expressa do Conselho de Administração, a Organização Social poderá contratar profissional com remuneração superior aos limites de que trata o inciso VI deste artigo,

§ 2º - A contratação efetuada nos termos do parágrafo anterior deverá ser imediatamente submetida à apreciação do Poder Público, por meio da Secretaria Municipal da área e não importará em incremento dos valores do Contrato de Gestão.



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo



Artigo 17 - São responsáveis pela execução, acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão de que trata esta Lei, no âmbito das Organizações Sociais:

I – a diretoria estatutária da entidade, à qual caberá executar o Contrato de Gestão e, se for o caso, fiscalizar a execução em relação às suas entidades filiadas;

II – Os Conselheiros da Administração e Fiscal da entidade.

Artigo 18 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato de Gestão, sem prejuízo da ação institucional dos demais órgãos normativos e, de controle interno e externo do Município, serão efetuados:

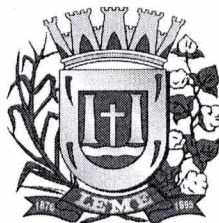
I - quanto às metas pactuadas e aos resultados alcançados, pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal da área;

II - quanto ao aprimoramento da gestão da Organização Social e a otimização do padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao cidadão, pelo Poder Público.

Artigo 19 - A prestação de contas da Organização Social, a ser apresentada trimestralmente ou a qualquer tempo, conforme recomende o interesse público, far-se-á por meio de relatório pertinente à execução do Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado dos respectivos demonstrativos financeiros, de acordo com as instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP.

Parágrafo único - Ao final de cada exercício financeiro a Organização Social deverá elaborar consolidação dos relatórios e demonstrativos, também nos Termos das Instruções do TCESP, de que trata este artigo e encaminhá-la à Secretaria Municipal da área.

Artigo 20 - O órgão competente da Secretaria Municipal da área, responsável pela supervisão, fiscalização e avaliação do Contrato de Gestão, emitirá relatório técnico sobre os resultados alcançados pelas Organizações Sociais na



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M.LEME	
Pr 45/14	Fis 12
mg	

execução do Contrato de Gestão e sobre a economicidade do desenvolvimento das respectivas atividades, e o encaminhará ao Titular da respectiva pasta até o último dia do mês subsequente ao encerramento de cada trimestre do exercício financeiro.

§ 1º - Ao final de cada exercício financeiro será elaborada consolidação dos relatórios técnicos de que trata este artigo, devendo o Secretário da área encaminhá-la, acompanhado de seu parecer conclusivo, ao Prefeito Municipal para posterior encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado.

§ 2º - Caso as metas pactuadas no Contrato de Gestão não sejam cumpridas em pelo menos 80% (oitenta por cento), o Secretário da área relativa ao serviço transferido deverá submeter os relatórios técnicos de que trata caput deste artigo, acompanhados de justificativa a ser apresentada pela Organização Social à Comissão de Avaliação.

§ 3º - Com base na manifestação da Comissão de Avaliação, o Secretário da área deverá ouvir a Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos para decidir, 'alternativamente, sobre a aceitação da justificativa, a indicação de medidas de saneamento ou a rescisão do contrato de Gestão.

Artigo 21 - Os servidores do órgão competente da Secretaria Municipal da área responsável pela supervisão, fiscalização e avaliação do Contrato de Gestão ao conhecerem qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública, dela darão ciência ao Secretário da área envolvida e ao Prefeito Municipal para as providências relativas aos respectivos âmbitos de atuação, sob pena de responsabilidade solidária.

Artigo 22 - A Comissão de Avaliação avaliará anualmente a otimização do padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao cidadão e o aprimoramento da gestão das Organizações Sociais, na forma que dispuser o regulamento.

Parágrafo único - A qualquer tempo e conforme recomende o Interesse público, a Comissão de Avaliação requisitará às Organizações Sociais as informações que julgar necessárias.



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

SEÇÃO II

C.M. LEME	
Pr 45/14	Fls 13
m9	

EXECUÇÃO, AVALIAÇÃO, E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Artigo 23 - A Comissão de Avaliação que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos de Gestão celebrados por Organizações Sociais no âmbito de sua competência, será composta por:

I - quatro membros indicados pelo Poder Executivo, com notória capacidade e adequada qualificação;

II - um membro indicado pela Câmara Municipal;

III - dois membros da sociedade civil, escolhidos dentre os membros do Conselho Municipal da área ou dos Conselhos Gestores dos equipamentos incluídos nos Contratos de Gestão, quando existirem, ou pelo Prefeito;

§ 1º - O presidente da comissão será eleito entre os indicados pelo Poder Executivo para o mandato de 2 anos, podendo ser reeleito por uma vez.

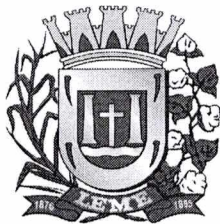
§ 2º - A entidade apresentará à Comissão de Avaliação, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

§ 3º - Sem prejuízo do disposto no § 2º, os resultados atingidos com a execução do Contrato de Gestão devem ser analisados, periodicamente, pela Comissão de Avaliação prevista no "caput".

§ 4º - A Comissão deverá encaminhar à autoridade supervisora relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§ 5º - O Poder Executivo regulamentará a instalação e o funcionamento Comissão de Avaliação.

Artigo 24 - Havendo indícios fundados de malversação dos bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público e comunicarão ao Prefeito Municipal para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado danos ao patrimônio público.



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M.LEME	
Pr 45/14	Fis 14
mg	

Artigo 25 - Até o término de eventual ação o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores sequestrados ou indisponíveis e zelarà pela continuidade das atividades sociais da entidade.

Artigo 26 - O balanço e demais prestações de contas da Organização Social devem, necessariamente, ser publicados na imprensa regional e analisados pelo Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO V

INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO NO SERVIÇO TRANSFERIDO

Artigo 27 - Na hipótese de risco quanto ao regular cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Gestão poderá o Município assumir a execução dos serviços que foram transferidos, a fim de manter a sua continuidade.

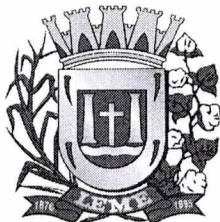
§ 1º - A intervenção será feita por meio de decreto do Prefeito Municipal, que indicará o interventor e mencionará os objetivos, limites e duração, a qual não ultrapassará 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º - Decretada a intervenção, o Secretário Municipal a quem compete a supervisão, fiscalização e avaliação da execução de Contrato de Gestão deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato respectivo, instaurar procedimento administrativo para apurar as causas determinantes da medida e definir responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3º - Cessadas as causas determinantes da intervenção e não constatada culpa dos gestores, a Organização Social retomará a execução dos serviços.

§ 4º - Comprovado o descumprimento desta Lei ou do Contrato de Gestão será declarada a desqualificação da entidade como Organização Social, com a reversão do serviço ao Município, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§ 5º - Enquanto durar a intervenção, os atos praticados pelo interventor deverão seguir todos os procedimentos legais que regem a Administração Pública Municipal.

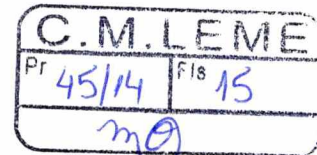


Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

CAPÍTULO VI

SERVIDOR PÚBLICO NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL



Artigo 28 - Poderão ser colocados à disposição de organização Social servidores do Município que estiverem vinculados ao serviço transferido.

Parágrafo único - Durante o período da disposição, o servidor público observará as normas internas da Organização Social.

Artigo 29 - O servidor colocado à disposição de Organização Social poderá, a qualquer tempo, mediante requerimento ou por manifestação da Organização Social, ter sua disposição cancelada.

Artigo 30 - Não será incorporada à remuneração de servidor, no seu cargo de origem, vantagem pecuniária que lhe for paga pela Organização Social.

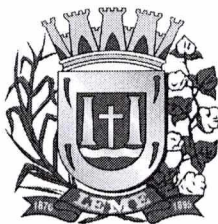
Artigo 31 - O servidor com duplo vínculo funcional poderá ser colocado à disposição de Organização Social, apenas por um deles, desde que haja compatibilidade de horário.

Artigo 32 - O valor pago pelo Município, a título de remuneração e de contribuição previdenciária do servidor colocado à disposição da Organização Social, será abatido do valor de cada repasse mensal.

CAPÍTULO VII

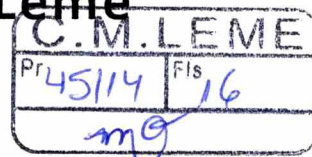
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 33 - O Município poderá, sempre a título precário, autorizar às Organizações Sociais o uso de bens, instalações e equipamentos públicos necessários ao cumprimento dos objetivos no Contrato de Gestão.



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo



Artigo 34 - O Programa Municipal de Organizações Sociais não obsta a Administração de promover a concessão ou a permissão de serviços de interesse público, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 35 - As despesas decorrentes de aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 36 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leme 23 de Junho de 2.014.


PAULO ROBERTO BLASCKE
Prefeito Municipal



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

C.M. LEME	
Pr 45/14	Fis 17
mg	

Submetemos para apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, o Projeto de Lei que "Dispõe sobre o programa Municipal de Organizações Sociais e dá outras providências".

Os dispositivos elencados no presente projeto de Lei, tem por escopo, ampliar a capacidade do Ente Publico de colocar em prática de maneira mais eficiente às políticas publicas, através da qualificação de entidades como as Organizações Sociais, no que tange as atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e institucional, à proteção e preservação do meio ambiente, à saúde, ao trabalho, à ação social, à cultura ao desporto e à agropecuária, tendo como diretrizes básicas:

Assim, comungar a participação da sociedade civil com a execução dos serviços estatais, como vem ocorrendo em diversos municípios, através da implantação da Lei Federal nº 9.637 de 15 de maio de 1998, contribui para o aprimoramento da Administração Publica, tornando-a mais célere em atender os anseios da comunidade.

Isso porque, a importância do Projeto de Lei em comento e que pretendemos inserir no âmbito municipal se prende ao fato de não mais podermos conceber a ideia de uma Gestão Publica engessada pela burocracia, haja vista as constantes mudanças que vem ocorrendo no cenário brasileiro e que exigem cada vez mais, formas de contratações de serviços públicos modernos eficazes e descentralizados.

Ressalta-se, outrossim, conforme estabelecido na Norma Federal em vigência, que os princípios insculpidos na Constituição da Republica e aplicáveis à Licitações, tais como: isonomia, publicidade, economicidade e eficiência, devem ser observados não parcerias levadas a efeito, o que assegura a devida transparência nos atos praticados pelo Poder Executivo Municipal.

Por todo o exposto, esperamos contar com a compreensibilidade dos Senhores Vereadores, ao proposito desta iniciativa, estando convictos que essa Nobre Casa de Leis apreciará o Projeto de Lei em questão, haja vista ser a matéria nele tratada de suma importância para o Município de Leme .

Leme, 23 de Junho de 2014


PAULO ROBERTO BLASCKE
Prefeito Municipal



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 45/14	Fis 18
mg	

Ao Expediente

24 / 06 / 20 14

PRESIDENTE

A(s) Comissão(ões) de:

C.I.F. ☒

O.F.C. ☒

O.S.P. ☐

S.E.C.L.T. ☒

P.U.O.P.S. ☐

Em 25 / 6 / 14

VISTA

Em 25 de junho de 2014

Com vista às comissões

Funcionário

mg

JUNTADA

Em 26 de junho de 2014

raço juntada a estes autos do parecer.

Funcionário

mg



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.LEME	
Pr 45/14	Fis 29
mg	

**EMENDA ADITIVA N.º 02 AO PROJETO DE LEI DE
AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º 27/2014.**

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME	
Prot. N. 1423	L. N.º 33
Fis. 134	
Recebido em 21/07/2014	
mg	
FUNCIONÁRIO	

Acrescente-se o seguinte artigo 15, renumerando-se os demais artigos:

“Artigo 15 – As Organizações Sociais que a qualquer tempo tenham sido objeto de investigação por qualquer dos Poderes, seja Executivo, Legislativo ou Judiciário, deverão ser impedidas de participar do programa disposto nesta Lei.” ✓

Sala das Sessões “Prof. Arlindo Favaro”, em 16 de julho de 2014.


EDUARDO LEME DA SILVA

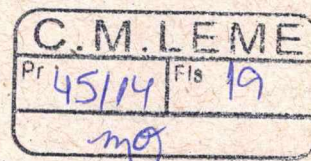
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

GILSON HENRIQUE LANI

JOÃO DEMÉTRIO



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



PARECER CONJUNTO

**PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO –
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE – COMISSÃO
DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO**

Projeto de Lei nº 27/14.

Autoria: Prefeito Municipal.


Dispõe sobre o Programa Municipal de Organizações Sociais e dá outras providências.

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Orçamento, Finanças e Contabilidade e Saúde, Cultura, Lazer e Turismo, reunidas na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o Projeto de Lei nº 27/14, de autoria do Executivo, dispondo sobre o Programa Municipal de Organizações Sociais, verificou que referido Projeto encontra-se devidamente instruído.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade e legalidade na tramitação da matéria veiculada.

Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, em
26 de junho de 2014.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO


Eduardo Leme da Silva

Presidente


Gilson Henrique Lani

Vice Presidente

Osvair Antunes da Silva

Secretário



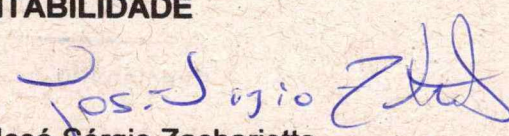
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.LEME	
Pr 45/14	Fis 20
m	

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE


Francisco Ferreira da Silva

Presidente


José Sérgio Zachariotto

Vice Presidente

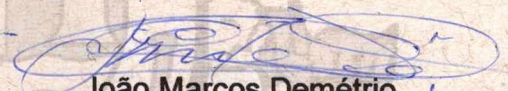
Osvair Antunes da Silva

Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE, CULTURA, LAZER E TURISMO


Adenir de Jesus Pinto

Presidente


João Marcos Demétrio

Vice Presidente

Marcelo Alves de Carvalho Almeida

Secretário

JUNTADA

Em 30 de junho de 2014

raço juntada a estes autos da
emenda substitutivo nº 01.

Funcionário

mg



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

Ofício nº 485/14

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME	
Prot.N. 1305	L.Nº 33 Fis/31
Recebido em 30/06/2014	
9	
FUNCIONÁRIO	

C.M.LEME	
Pr 45/14	Fis 21
m	

Leme, 30 de Junho de 2014.

Excelentíssimo Senhor,

Tem o presente a finalidade especial de encaminhar a Vossa Excelência para que seja apreciada juntamente com o Projeto de Lei Nº 27/2014 que "Dispõe sobre o Programa Municipal de Organizações Sociais e dá outras providências", a anexa Emenda Substitutiva, cuja emenda tem caráter meramente corretivo na digitação do texto, onde se faz menção a Lei Federal 9637/98 no artigo 2º do Projeto de Lei.

Aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e Nobres Pares, os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

PAULO ROBERTO BLASCKE
Prefeito Municipal de Leme

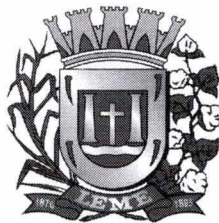
Ao

Excelentíssimo Senhor

José Eduardo Giacomelli

DD. Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme/SP

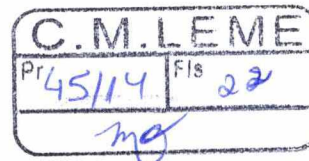
Nesta



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA: Nº 27/2014



Ementa: "Dispõe sobre o Programa Municipal de Organizações Sociais e dá outras providências".

Autoria: Prefeito Municipal.

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 01

Substitua-se o numero de Lei Federal "**9677/98**" do artigo 2º do projeto de Lei em questão pelo numero **de Lei Federal 9637/98.**

Atenciosamente,

PAULO ROBERTO BLASCKE
Prefeito Municipal de Leme

Aprovada por 09 (nove) votos contra 08 (oito)
Leme, 21.07.14

José E. Giacomelli
Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

A Ordem do Dia

30/06/2014

PRESIDENTE

C.M. LEME	
Pr 45/14	Fis 23
mg	

A requerimento do vereador Gilson Henrique Lani, aprovado por unanimidade pelo plenário, foi-lhe concedido vistas pelo prazo regimental.

Em 30 de junho de 2014.


JOSE EDUARDO GIACOMELLI

Presidente

JUNTADA

Em 11 de 7 de 2017

raço juntada a estes autos 201

EMENDAS MOD. 01

e AD. 01

Funcionário 



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.LEME	
Pr 45114	Fis 24

2ª etapa

PROJETO DE LEI Nº 27/14.

Dispõe sobre o Programa Municipal de Organizações Sociais e dá outras providências.

Autoria: Prefeito Municipal.

CAMARA MUNICIPAL DE LEME		
Prot.N. 1398	L.Nº 33	Fis. 132
Recebido em 11 / 7 / 2014		
_____ FUNCIONÁRIO		

EMENDA MODIFICATIVA Nº 01 /14.

Dá nova redação ao artigo 1º, nos seguintes termos:

"Artigo 1º – O Programa Municipal de Organizações Sociais tem o objetivo de fomentar a absorção, pelas Organizações Sociais qualificadas na forma desta Lei, de atividades e serviços de interesse público, atinentes a Saúde, Educação, Segurança, Serviços Públicos e Esportes, tendo como diretrizes básicas:

I – adoção de critérios que assegurem padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao cidadão;

II – promoção de meios que favoreçam a efetiva redução de formalidades burocráticas na prestação dos serviços;

III – adoção de mecanismos que possibilitem a integração entre os setores públicos do Município a sociedade e o setor privado;

IV – manutenção de sistema de programação e acompanhamento das atividades que permitam a avaliação da eficácia quanto aos resultados."

Sala das Sessões Profº Arlindo Fávaro, em 10 de julho de 2014.

[Assinatura]
José Eduardo Giacomelli
Presidente

[Assinatura]
Francisco F. da Silva
Vereador

[Assinatura]
Jose Carlos Zehn
Vereador

[Assinatura]
Oswair Antunes da Silva
Vice-Presidente

[Assinatura]
Roberto de Almeida
Vereador

[Assinatura]
Marli Izabel Antunes da Parolin
Vereadora

[Assinatura]
Gilson Henrique Lani
Vereador



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO


C.M.LEME	
Pr 45/14	Fis 25
mg	

PROJETO DE LEI Nº 27/14.

Dispõe sobre o Programa Municipal de Organizações Sociais e dá outras providências.

Autoria: Prefeito Municipal.

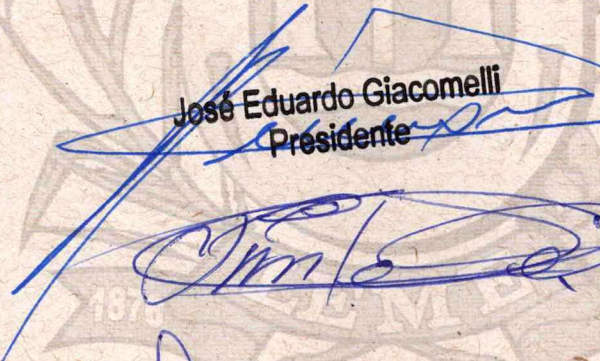
EMENDA ADITIVA Nº 01 /14.


CÂMARA MUNICIPAL DE LEME		
Prot.N. 1399	L. Nº 33	Fis. 132
Recebido em 11 / 7 / 20 14		
		
FUNCIONÁRIO		

Adiciona-se o seguinte parágrafo ao artigo 29 do Projeto de Lei nº 27/14:

"Parágrafo único – Nenhum servidor público sofrerá qualquer tipo de prejuízo em relação a remuneração e a estabilidade com a adesão ao Programa Municipal de Organizações Sociais." ✓

Sala das Sessões Profº Arlindo Fávaro, em 10 de julho de 2014.


José Eduardo Giacomelli
Presidente


Osvalir Antunes da Silva
Vice-Presidente

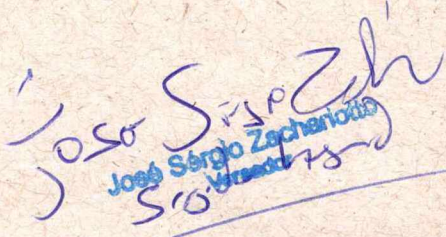

Gilson Henrique Lani
Vereador


Maria Inês Aparecida Parolin
Vereadora


Francisco F. da Silva
Vereador


Edson Luiz da Silva
Servidor


Ricardo Menezes
Vereador


José Sérgio Zacharias
Vereador



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.LEME	
Pr 45/14	Fis 26
m	

A Ordem do Dia

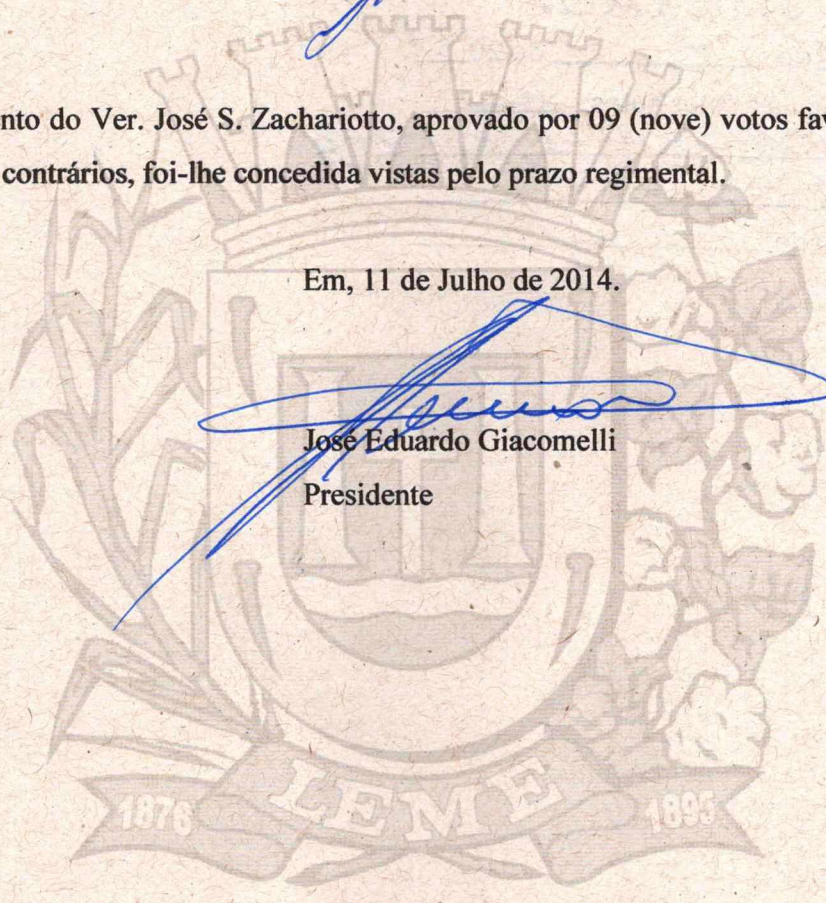
11 / 7 / 2014

PRESIDENTE

A requerimento do Ver. José S. Zachariotto, aprovado por 09 (nove) votos favoráveis e 08 (oito) votos contrários, foi-lhe concedida vistas pelo prazo regimental.

Em, 11 de Julho de 2014.

José Eduardo Giacomelli
Presidente



1876

LEME

1895

A Ordem do Dia

21 / 7 / 2014

PRESIDENTE

JUNTADA

Em 21 de 7 de 2014

raço juntada a estes autos 2014

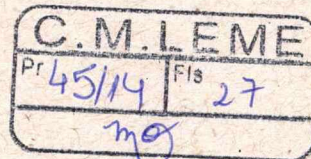
EMENDAS SUP. 01, AD. 02/04

MOD. 02 a 14

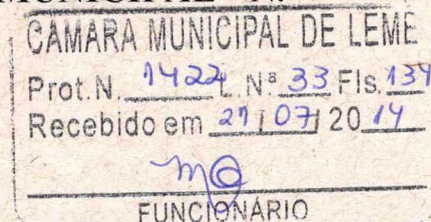
Funcionário [assinatura]



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



**EMENDA SUPRESSIVA N.º 01 AO PROJETO DE LEI
DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º
27/2014.**



Supre a parte final do inciso II, do art. 16, nos
seguintes termos:

“Artigo 16 – (...)”

II – Indicação de que, em caso de extinção da Organização Social ou rescisão do Contrato de Gestão, o seu patrimônio, os legados e as doações que lhe forem destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão incorporados ao patrimônio do Município.”

Sala das Sessões “Prof. Arlindo Favaro”, em 21 de julho de 2014.

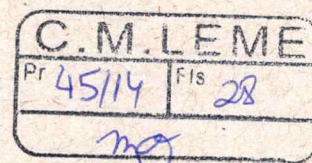

EDUARDO LEME DA SILVA

FRANCISCO FERREIRA DA SILVA



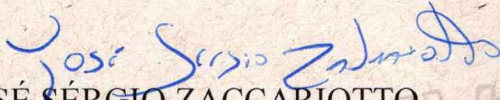
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

GILSON HENRIQUE LANI



JOÃO DEMÉTRIO

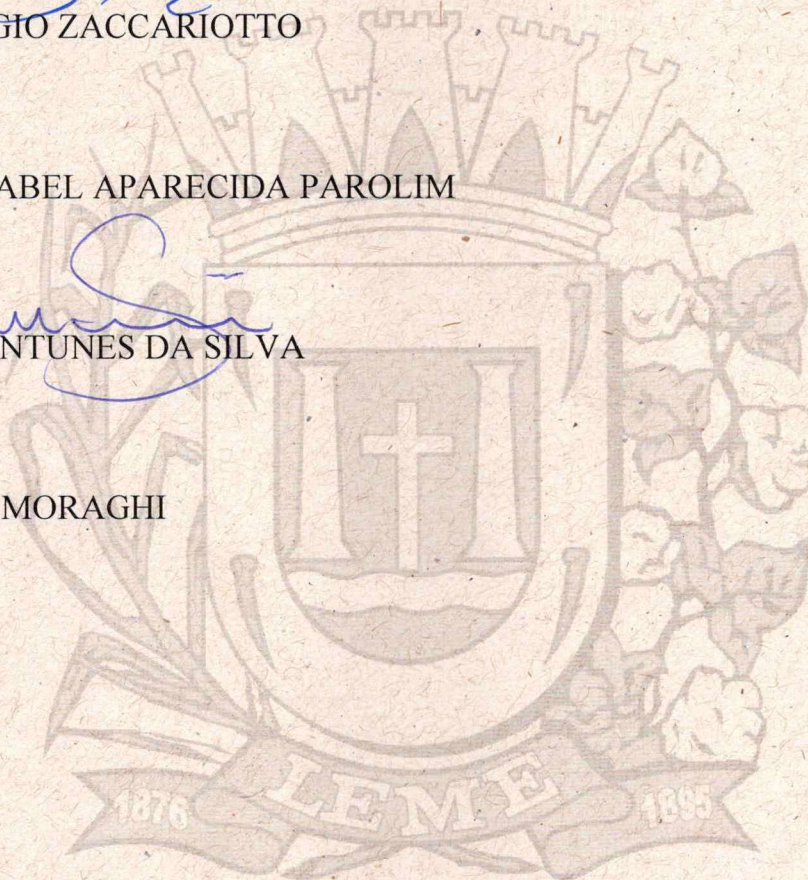
JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI


JOSÉ SÉRGIO ZACCARIOTTO

MARIA IZABEL APARECIDA PAROLIM


OSVAIR ANTUNES DA SILVA

RICARDO MORAGHI





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI

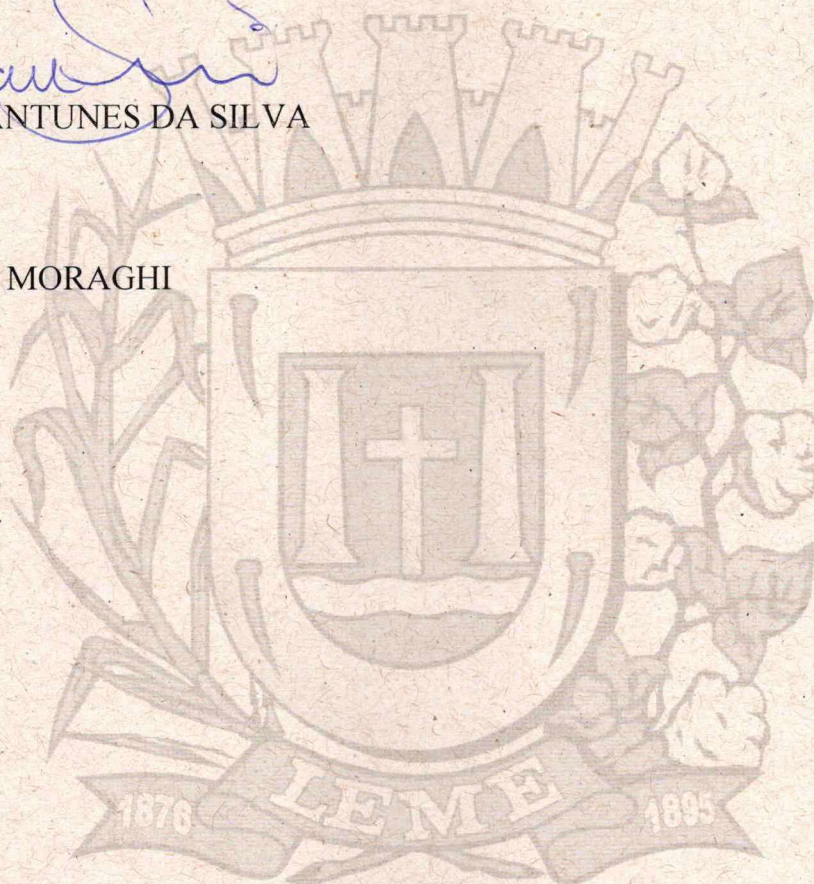
José Sérgio Zaccariotto
JOSÉ SÉRGIO ZACCARIOTTO

C.M.LEME	
Pr 45/14	Fls 30
<i>mg</i>	

MARIA IZABEL APARECIDA PAROLIM

Osvaldo Antunes da Silva
OSVAIR ANTUNES DA SILVA

RICARDO MORAGHI





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME.
ESTADO DE SÃO PAULO



**EMENDA ADITIVA N.º 03 AO PROJETO DE LEI DE
AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º 27/2014.**



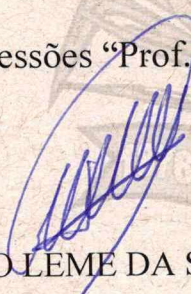
Acrescenta o inciso III ao art. 17 nos seguintes
termos:

“Artigo 17 – São responsáveis pela execução,
acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão de que
trata esta Lei, no âmbito das Organizações Sociais:

(...)

III – a Câmara dos Vereadores.” ✓

Sala das Sessões “Prof. Arlindo Favaro”, em 21 de julho de 2014.


EDUARDO LEME DA SILVA

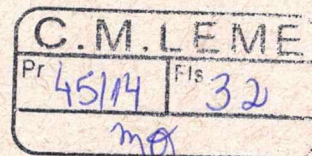
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

GILSON HENRIQUE LANI



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI

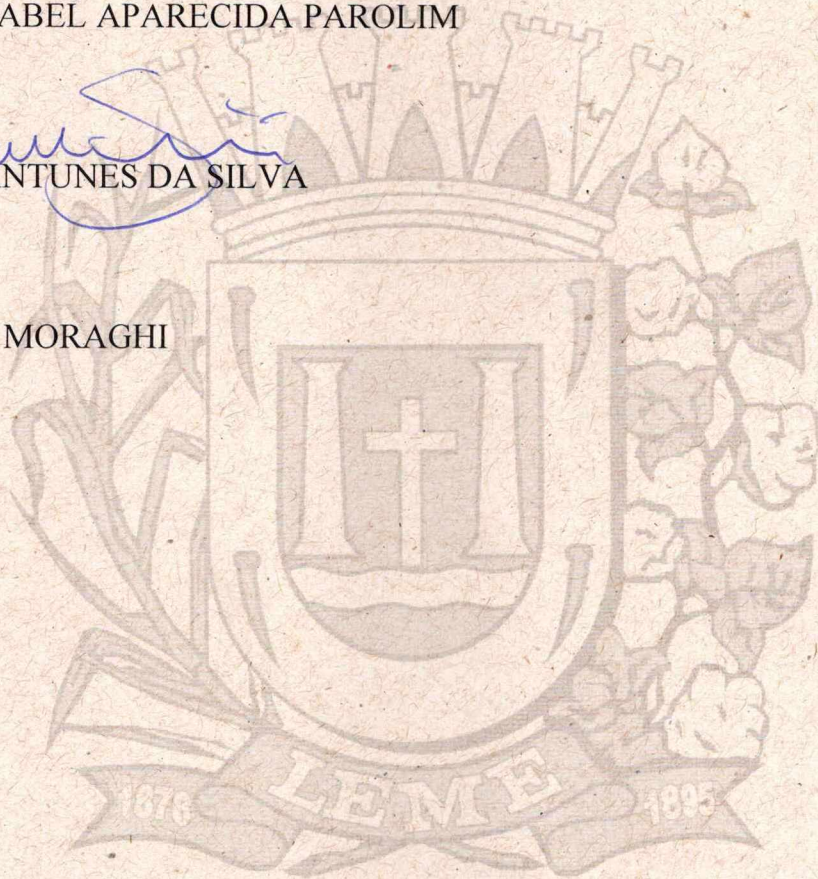



JOSÉ SÉRGIO ZACCARIOTTO

MARIA IZABEL APARECIDA PAROLIM

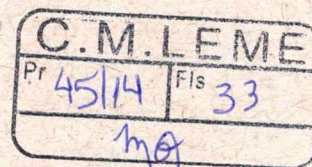

OSVAIR ANTUNES DA SILVA

RICARDO MORAGHI





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



**EMENDA ADITIVA N.º 04 AO PROJETO DE LEI DE
AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º 27/2014.**



Acrescenta o § 2.º ao art. 19, renomeando o

parágrafo único deste artigo para § 1.º, nos seguintes termos:

“Artigo 19 – (...):

§ 1.º - (...)

§ 2.º – A Organização Social deverá apresentar a qualquer tempo, mediante requerimento expresso de qualquer Vereador, desde que aprovado pelo Plenário, os documentos e contas que deixarem dúvidas acerca de sua transparência.”

Sala das Sessões “Prof. Arlindo Fávoro”, em 21 de julho de 2014.


EDUARDO LEME DA SILVA

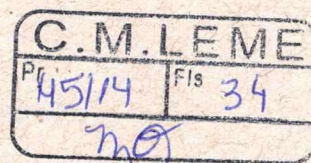
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

GILSON HENRIQUE LANI



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

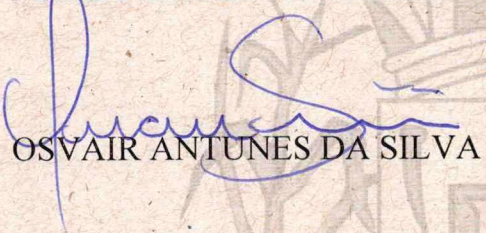
JOÃO DEMÉTRIO



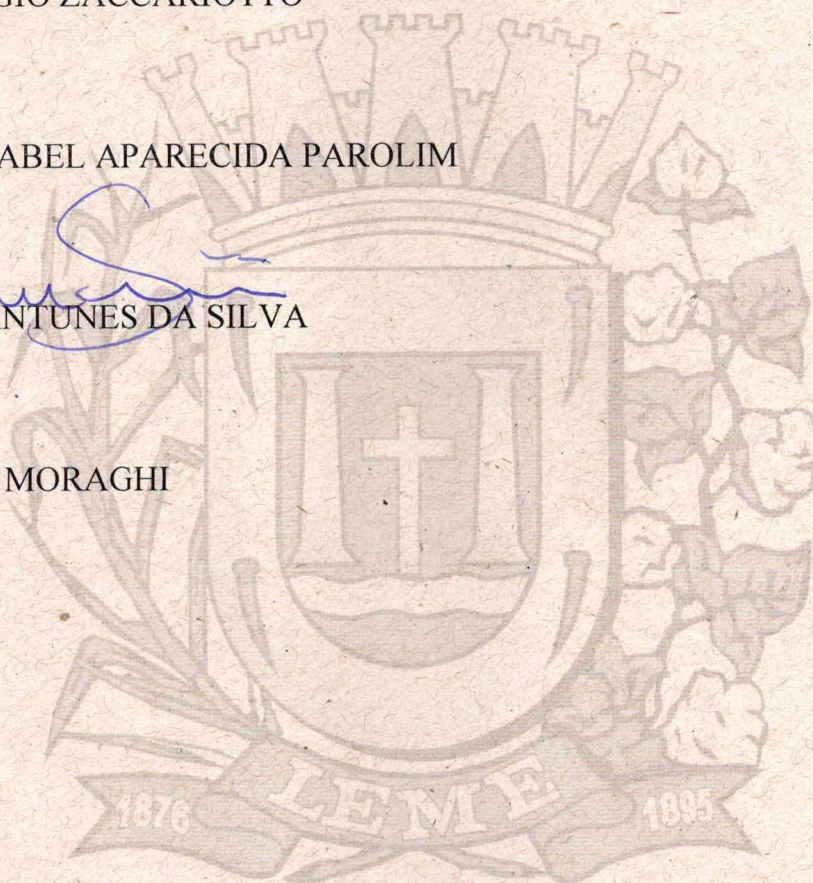
JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI

JOSÉ SÉRGIO ZACCARIOTTO

MARIA IZABEL APARECIDA PAROLIM

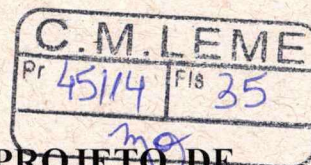

OSVAIR ANTUNES DA SILVA

RICARDO MORAGHI





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



**EMENDA MODIFICATIVA N.º 02 AO PROJETO DE
LEI DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º
27/2014.**



Dá nova redação ao art. 1.º; nos seguintes termos:

“Artigo 1º - O Programa Municipal de Organizações Sociais
tem o objetivo de fomentar a absorção, pelas Organizações
Sociais qualificadas na forma desta Lei, de atividades e
serviços de interesse público, somente atinentes à Saúde.

I – adoção de critérios que assegurem padrão de qualidade na
execução dos serviços e no atendimento ao cidadão;

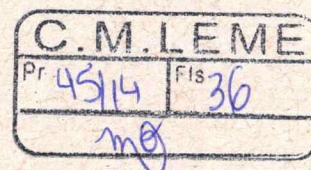
II – promoção de meios que favoreçam a efetiva redução de
formalidades burocráticas na prestação de serviços;

III adoção de mecanismos que possibilitem a integração entre
os setores públicos do Município a sociedade e o setor
privado;



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

IV - manutenção de sistema de programação e acompanhamento das atividades que permitam a valiação da eficácia quanto aos resultados.”



Sala das Sessões “Prof. Arlindo Favaro”, em 16 de julho de 2014.

EDUARDO LEME DA SILVA

FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

GILSON HENRIQUE LANI

JOÃO DEMÉTRIO

JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI

JOSÉ SÉRGIO ZACCARIOTTO

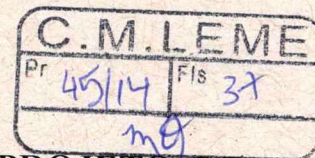
MARIA IZABEL APARECIDA PAROLIM

OSVAIR ANTUNES DA SILVA

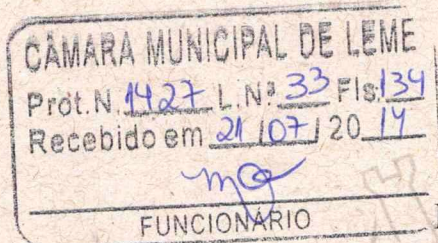
RICARDO MORAGHI



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



**EMENDA MODIFICATIVA N.º 03 AO PROJETO DE
LEI DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º
27/2014.**



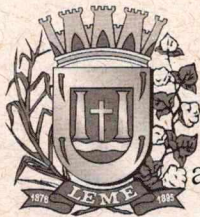
FUNCIIONÁRIO

Dá nova redação ao § 1.º do art. 2.º, nos seguintes termos:

“Artigo 2º - O Poder Executivo poderá transferir atividades e serviços públicos indicados no art. 1.º, para as Organizações Sociais, observado o disposto nesta Lei e na Lei Federal n.º 9.677/98.

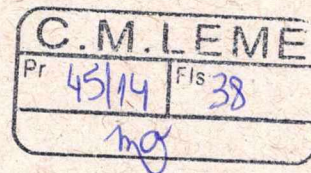
§ 1.º - A transferência de que trata este artigo pressupõe prévia manifestação da Secretaria Municipal da Saúde às atividades e serviços a serem transferidos, quanto a sua conveniência e oportunidade. ✓

§ 2.º O Poder Executivo deverá conferir publicidade ao propósito de transferência da atividade ou serviço por meio de

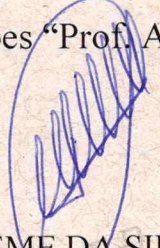


CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

avisos publicados no mínimo por duas vezes nos jornais de circulação diária e ampla, além de disponibilização nos meios eletrônicos de comunicação.”



Sala das Sessões “Prof. Arlindo Favaro”, em 16 de julho de 2014.


EDUARDO LEME DA SILVA

FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

GILSON HENRIQUE LANI

JOÃO DEMÉTRIO

JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI

JOSÉ SÉRGIO ZACCARIOTTO

MARIA IZABEL APARECIDA PAROLIM


OSVAIR ANTUNES DA SILVA

RICARDO MORAGHI



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. LEME	
Pr 45114	Fis 39
m9	

**EMENDA MODIFICATIVA N.º 04 AO PROJETO DE
LEI DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º
27/2014.**

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME		
Prot N.º 1428	L. N.º 33	Fis. 134
Recebido em 21/07/2014		
m9		
FUNCIONARIO		

Dá nova redação ao art. 4.º, nos seguintes termos:

“Artigo 4º - A qualificação da entidade como Organização Social se dará por ato do Prefeito Municipal, mediante prévia autorização do Poder Legislativo, e poderá ocorrer a qualquer tempo e independente de sua seleção.”

Sala das Sessões “Prof. Arlindo Favaro”, em 16 de julho de 2014.


EDUARDO LEME DA SILVA

FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

GILSON HENRIQUE LANI

JOÃO DEMÉTRIO



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI

C.M.LEME	
Pr 45/14	Fls 40
mg	

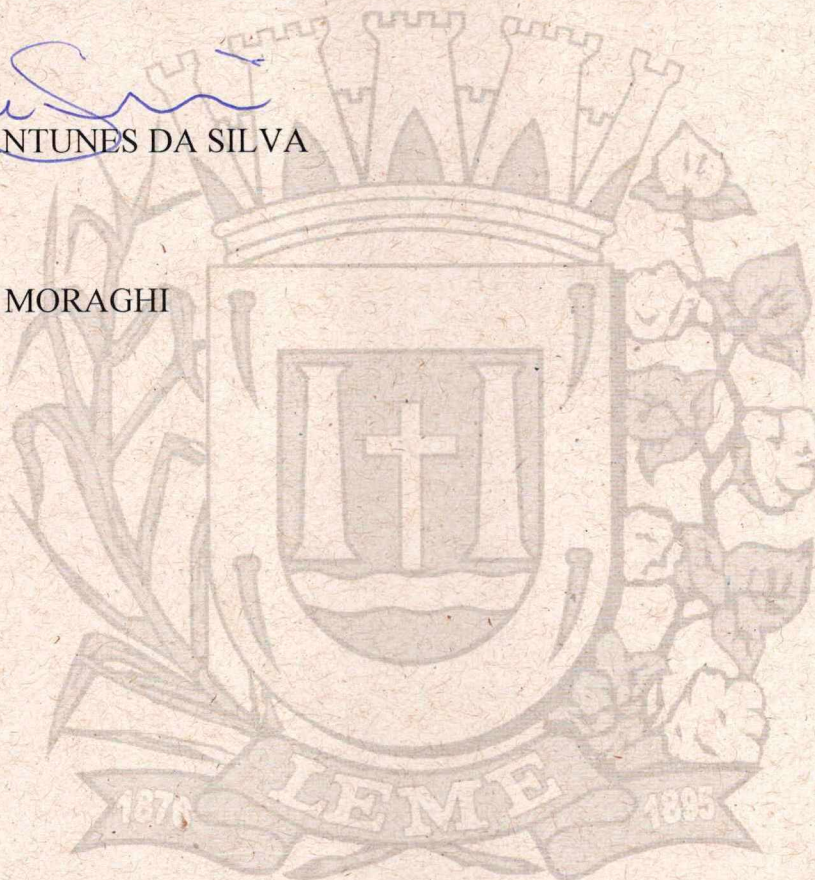
JOSÉ SÉRGIO ZACCARIOTTO

MARIA IZABEL APARECIDA PAROLIM

Juan Silva

OSVAIR ANTUNES DA SILVA

RICARDO MORAGHI





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.LEME	
Pr 45/14	Fis 41
mg	

**EMENDA MODIFICATIVA N.º 05 AO PROJETO DE
LEI DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º
27/2014.**

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME		
Prot. N.º 1429	L. N.º 33	Fis. 135
Recebido em 29/07/2014		
mg		
FUNCIONÁRIO		

Dá nova redação as alíneas “a”, “b” e “c”, do inciso I, e o parágrafo único do art. 6.º, nos seguintes termos:

“Artigo 6º - (...):

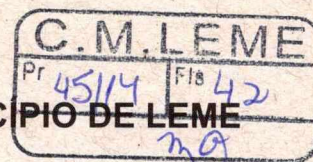
I – ser composto por:

- a) 45% (quarenta e cinco por cento) de membros eleitos dentre os membros ou os associados;
- b) 30% (trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho de Administração, dentre as pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral e moradores do município de Leme há mais de 5 anos ininterruptos;
- c) 25% (vinte e cinco por cento) de membros eleitos pelos empregados da entidade;

(...)



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



Parágrafo único – O pedido de qualificação como Organização Social será encaminhado ao Prefeito Municipal por meio de requerimento escrito acompanhado de documentos que comprovem o efetivo desenvolvimento das atividades descritas no art. 1.º, bem como, constituição da entidade em período superior há 5 (cinco) anos, com respectivas cópias endereçadas à Câmara Municipal.”

Sala das Sessões “Prof. Arlindo Favaro”, em 21 de julho de 2014.


EDUARDO LEME DA SILVA

FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

GILSON HENRIQUE LANI

JOÃO DEMÉTRIO

JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI

JOSÉ SÉRGIO ZACCARIOTTO



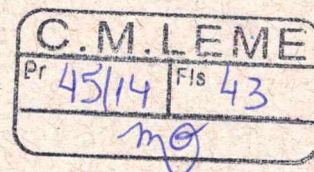
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

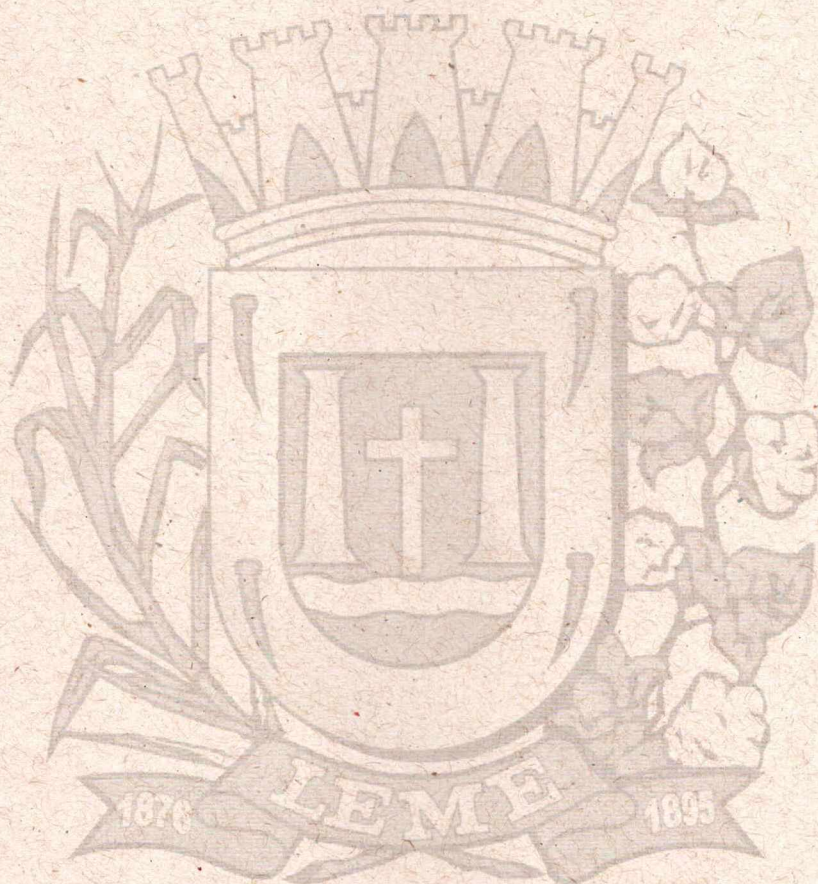
MARIA ISABEL APARECIDA PAROLIM

Osvalir Antunes da Silva

OSVAIR ANTUNES DA SILVA

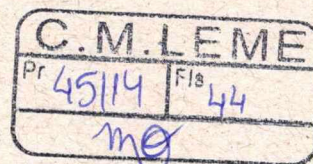


RICARDO MORAGHI





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



**EMENDA MODIFICATIVA N.º 06 AO PROJETO DE
LEI DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º
27/2014.**



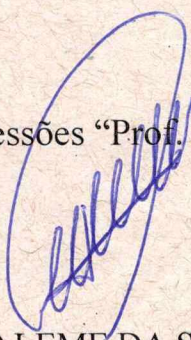
Dá nova redação ao inciso II, do art. 10, para
de “fixadas pela respectiva secretaria municipal ora
envolvida”, para “fixadas pela Secretaria da Saúde”:

“Artigo 10 – O edital conterà:

(...)

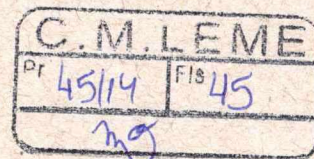
II – critérios objetivos para o julgamento da proposta
maias vantajosa para a administração pública, que restará
comprovada mediante avaliação do projeto apresentado,
de acordo com as diretrizes fixadas pela Secretaria da
Saúde junto ao respectivo processo, que deverá estabelecer
critérios de pontuação, mediante suas diretrizes e
planejamento já proposto e em execução, em se tratando
de concurso de projeto.”

Sala das Sessões “Prof. Arlindo Favaro”, em 16 de julho de 2014.


EDUARDO LEME DA SILVA



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

GILSON HENRIQUE LANI

JOÃO DEMÉTRIO

JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI

JOSÉ SÉRGIO ZACCARIOTTO

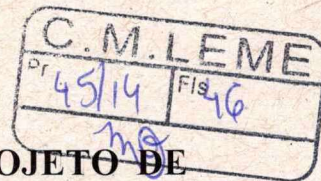
MARIA IZABEL APARECIDA PAROLIM


OSVAIR ANTUNES DA SILVA

RICARDO MORAGHI



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



**EMENDA MODIFICATIVA N.º 07 AO PROJETO DE
LEI DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º**

27/2014.



Dá nova redação ao art. 20, para alterar de “ao Titular da respectiva pasta”, para “a Secretaria da Saúde e à Câmara dos Vereadores”:

“Artigo 20 – O órgão competente da Secretaria Municipal da Saúde, responsável pela supervisão, fiscalização e avaliação do Contrato de Gestão, emitirá relatório técnico sobre os resultados alcançados pelas Organizações Sociais na execução do Contrato de Gestão e sobre a economicidade do desenvolvimento das respectivas atividades, e o encaminhará a Secretaria da Saúde e à Câmara dos Vereadores até o último dia do mês subsequente ao encerramento de cada trimestre do exercício financeiro.”

Sala das Sessões “Prof. Arlindo Favaro”, em 21 de julho de 2014.

EDUARDO LEME DA SILVA



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

FRANCISCO FERREIRA DA SILVA



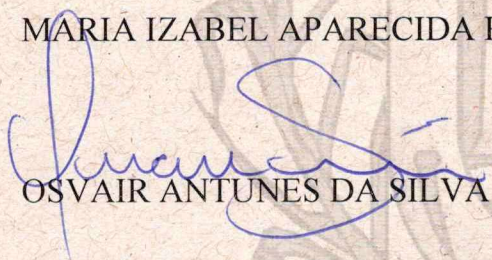
GILSON HENRIQUE LANI

JOÃO DEMÉTRIO

JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI

JOSÉ SÉRGIO ZACCARIOTTO

MARIA IZABEL APARECIDA PAROLIM


OSVAIR ANTUNES DA SILVA

RICARDO MORAGHI



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 45/14	Fis 48
mg	

**EMENDA MODIFICATIVA N.º 08 AO PROJETO DE
LEI DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º**

27/2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME	
Prot. N.º 1432	L. N.º 33
Fis. 135	
Recebido em 21/07/2014	
mg	
FUNCIONÁRIO	

Dá nova redação ao § 1.º, do art. 20, para alterar de “o Secretário da área”, para “o Secretária da Saúde”, bem como sua parte final para acrescentar “e à Câmara dos Vereadores”:

“§ 1.º - Ao final de cada exercício financeiro será elaborada consolidação dos relatórios técnicos de que trata este artigo, devendo o Secretário da Saúde encaminhá-la, acompanhado de seu parecer conclusivo, ao Prefeito Municipal para posterior encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara dos Vereadores.”

Sala das Sessões “Prof. Arlindo Favaro”, em 21 de julho de 2014.


EDUARDO LEME DA SILVA

FRANCISCO FERREIRA DA SILVA



GILSON HENRIQUE LANI

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 45/14	Fis 49
mg	

JOÃO DEMÉTRIO

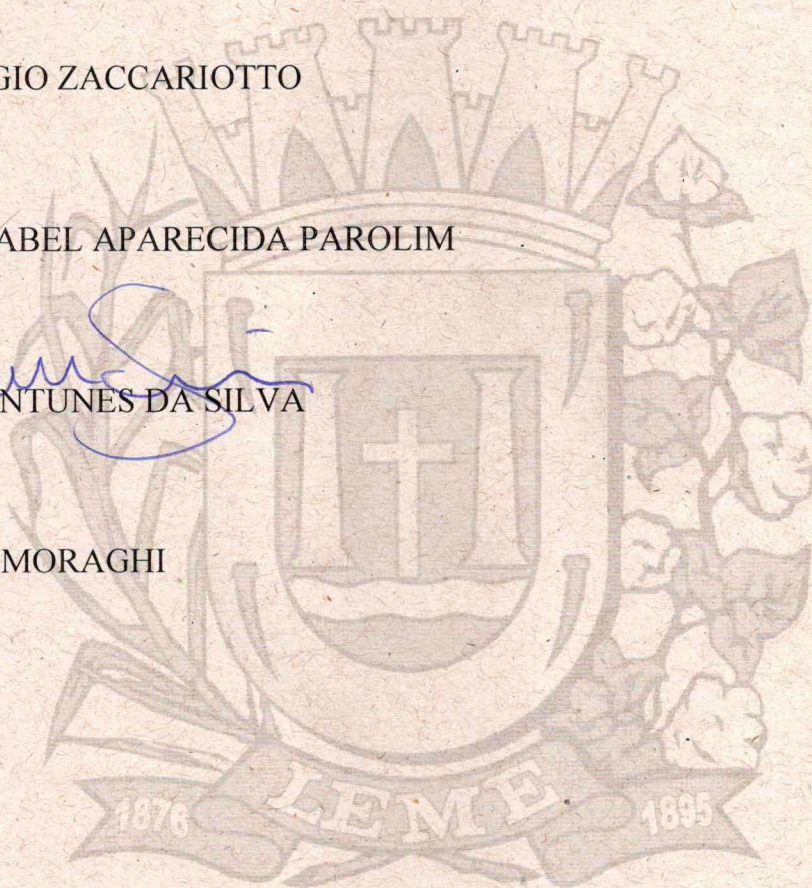
JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI

JOSÉ SÉRGIO ZACCARIOTTO

MARIA IZABEL APARECIDA PAROLIM

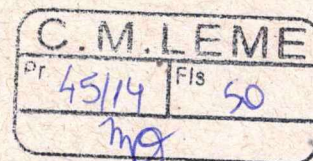

OSVAIR ANTUNES DA SILVA

RICARDO MORAGHI

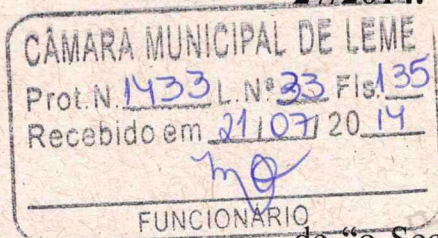




CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



**EMENDA MODIFICATIVA N.º 09 AO PROJETO DE
LEI DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º
27/2014.**



Dá nova redação ao § 2.º, do art. 20, para alterar
de “o Secretário da área relativa ao serviço transferido”, para
“o Secretária da Saúde”:

“§ 2.º - Caso as metas pactuadas no Contrato de Gestão
não sejam cumpridas em pelo menos 80% (oitenta por
cento), o Secretario da Saúde deverá submeter os relatórios
técnicos de que trata o *caput* deste artigo, acompanhados
de justificativa as ser apresentada pela Organização Social
à Comissão de Avaliação.”

Sala das Sessões “Prof. Arlindo Favaro”, em 21 de julho de 2014.


EDUARDO LEME DA SILVA

FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

GILSON HENRIQUE LANI



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

JOÃO DEMÉTRIO

C.M.LEME	
Pr 45114	Fis 51
mg	

JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI

JOSÉ SÉRGIO ZACCARIOTTO

MARIA IZABEL APARECIDA PAROLIM


OSVAIR ANTUNES DA SILVA

RICARDO MORAGHI





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 45/14	Fls 52
mg	

**EMENDA MODIFICATIVA N.º 10 AO PROJETO DE
LEI DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º
27/2014.**

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME		
Prot. N.º 1434	L. N.º 33	Fls 135
Recebido em 21/07/2014		
mg		
FUNCIONÁRIO		

Dá nova redação ao § 3.º, do art. 20, para alterar
de “o Secretário da área”, para “o Secretário da Saúde”:

**“§ 3.º - Com base na manifestação da Comissão de
Avaliação, o Secretário da Saúde deverá ouvir a Secretaria
Municipal de Assuntos Jurídicos para decidir,
alternativamente, sobre a aceitação da justificativa, a
indicação de medidas de saneamento ou a rescisão do
Contrato de Gestão.”**

Sala das Sessões “Prof. Arlindo Favaro”, em 21 de julho de 2014.


EDUARDO LEME DA SILVA

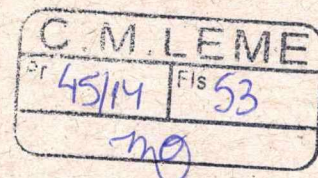
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

GILSON HENRIQUE LANI



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO


JOÃO DEMÉTRIO



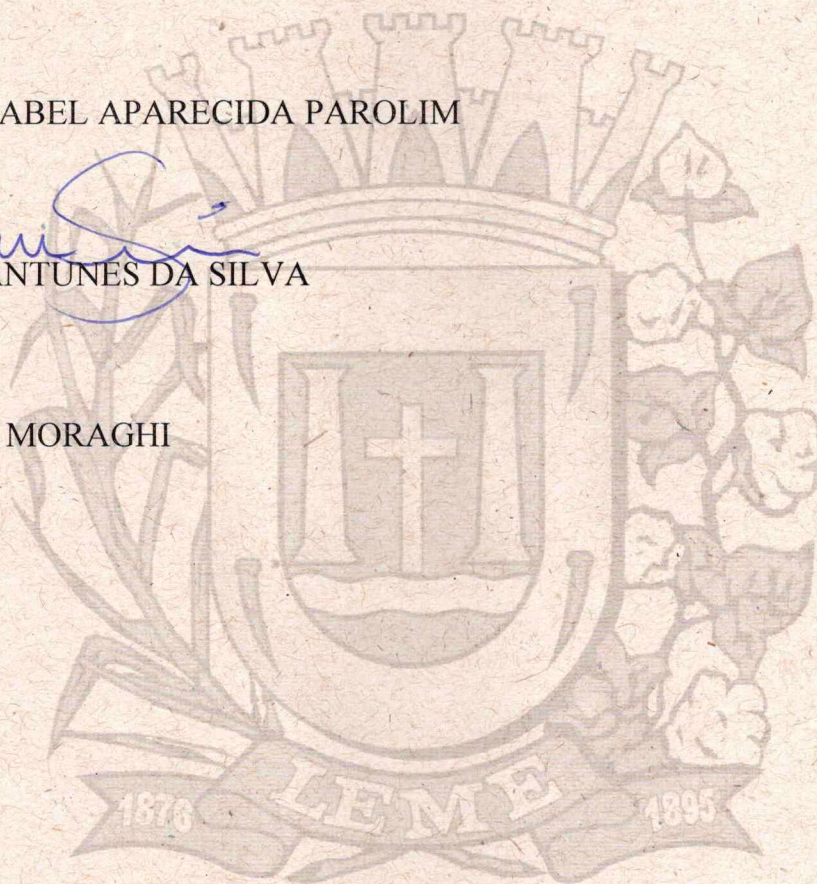
JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI

JOSÉ SÉRGIO ZACCARIOTTO

MARIA IZABEL APARECIDA PAROLIM

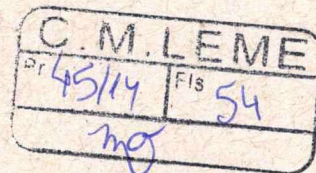

OSVAIR ANTUNES DA SILVA

RICARDO MORAGHI





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



**EMENDA MODIFICATIVA N.º 11 AO PROJETO DE
LEI DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º
27/2014.**



Dá nova redação ao art. 21, para alterar de “da Secretaria Municipal da área responsável”, para “da Secretaria Municipal da Saúde”, e também de “ao Secretário da área envolvida” para “ao Secretário da Saúde”:

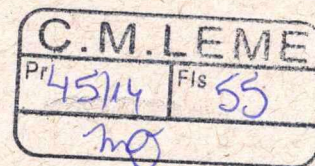
“Art. 21 – Os servidores do órgão competente da Secretaria Municipal da Saúde pela supervisão, fiscalização e avaliação do Contrato de Gestão ao conhecerem qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de ordem pública, dela darão ciência ao Secretário da Saúde e ao Prefeito Municipal para as providências relativas aos respectivos âmbitos de atuação, sob pena de responsabilidade solidária.”

Sala das Sessões “Prof. Arlindo Favaro”, em 21 de julho de 2014.


EDUARDO LEME DA SILVA



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

GILSON HENRIQUE LANI

JOÃO DEMÉTRIO

JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI

JOSÉ SÉRGIO ZACCARIOTTO

MARIA IZABEL APARECIDA PAROLIM


OSVAIR ANTUNES DA SILVA

RICARDO MORAGHI



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 45114	Fis 56
<i>mg</i>	

**EMENDA MODIFICATIVA N.º 12 AO PROJETO DE
LEI DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º
27/2014.**

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME		
Prot. N.º <u>1436</u>	L. N.º <u>33</u>	Fis. <u>135</u>
Recebido em <u>21/03/2014</u>		
<i>mg</i>		
FUNCIONÁRIO		

Dá nova redação aos incisos I, II e III, do art. 23,
bem como modifica seu § 1.º, § 4.º e § 5.º:

“Art. 23 – A Comissão de Avaliação que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos de Gestão celebrados por Organizações Sociais no âmbito de sua competência, será composta por:

I – três membros indicados pelo Poder Executivo, com notória capacidade e adequada qualificação;

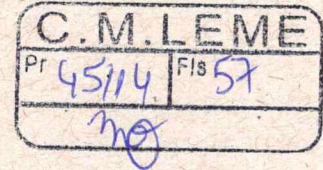
II – quatro membros indicados pela Câmara Municipal;

III – dois membros da sociedade civil, escolhidos entre os funcionários da Secretaria Municipal da Saúde;



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

§ 1.º O presidente da comissão será eleito entre todos os indicados, para o mandato de 2 anos, podendo ser reeleitos por uma vez.



(...)

§ 4.º A Comissão deverá encaminhar à autoridade supervisora e à Câmara dos Vereadores, o relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§ 5.º O Poder Executivo, mediante expressa autorização do Poder Legislativo, regulamentará a instalação e o funcionamento da Comissão de Avaliação.”

Sala das Sessões “Prof. Arlindo Favaro”, em 21 de julho de 2014.

EDUARDO LEME DA SILVA

FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

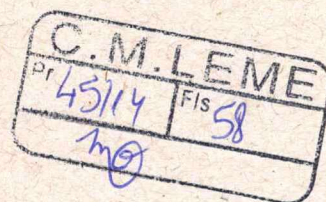
GILSON HENRIQUE LANI

JOÃO DEMÉTRIO



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI

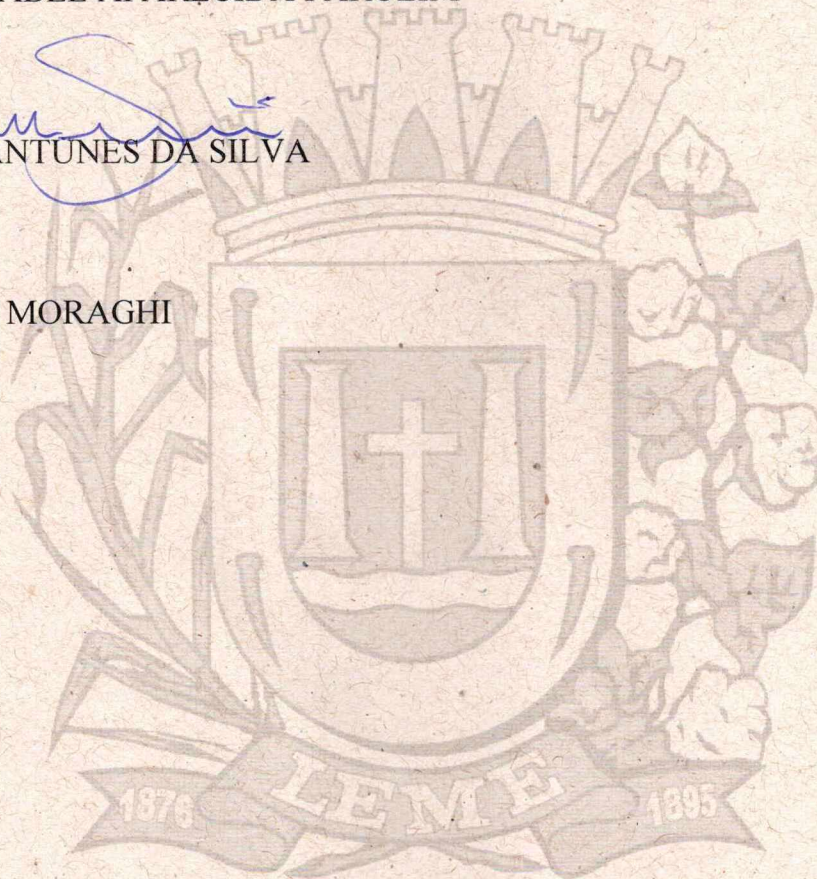


JOSÉ SÉRGIO ZACCARIOTTO

MARIA IZABEL APARECIDA PAROLIM

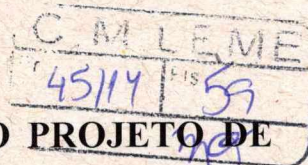

OSVAIR ANTUNES DA SILVA

RICARDO MORAGHI





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



**EMENDA MODIFICATIVA N.º 13 AO PROJETO DE
LEI DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º
27/2014.**



Dá nova redação ao art. 28, nos seguintes termos:

**“Art. 28 – Poderão ser colocados à disposição da
Organização Social servidores do Município que estiverem
vinculados ao serviço transferido, desde que estes
servidores estiverem de acordo, e com suas prévias e
expressa anuência.”**

Sala das Sessões “Prof. Arlindo Favaro”, em 21 de julho de 2014.


EDUARDO LEME DA SILVA

FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

GILSON HENRIQUE LANI



JOÃO DEMÉTRIO

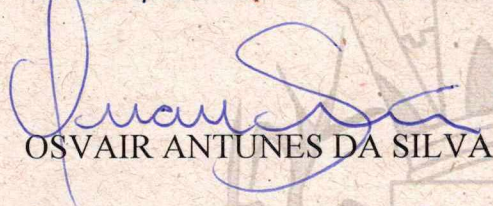
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.LEME	
Pr 45114	Fis 60
mg	

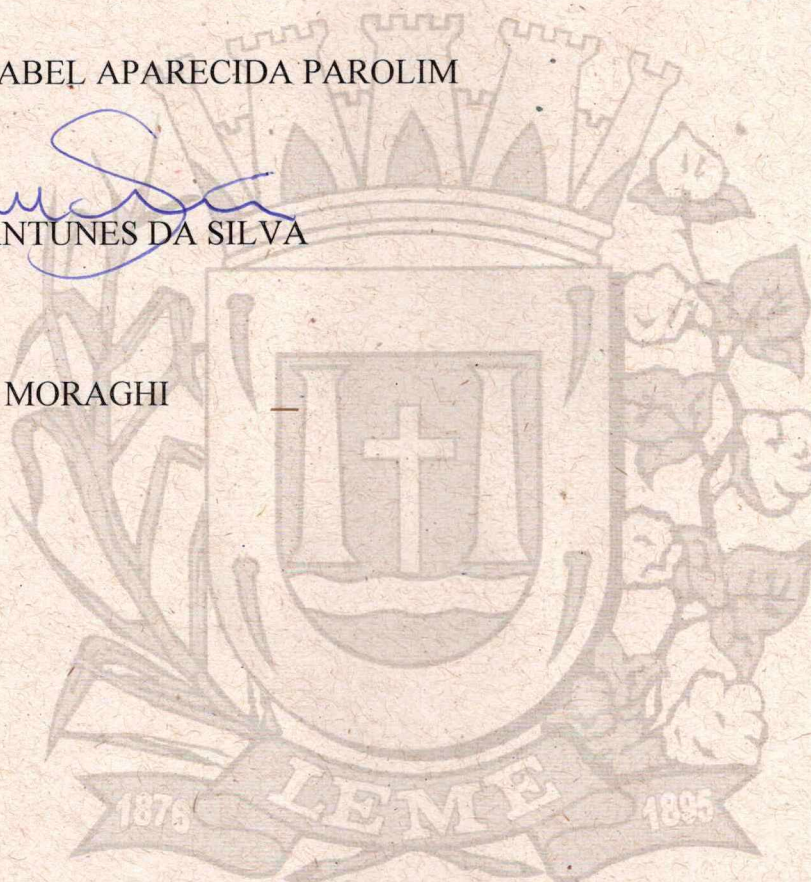
JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI

JOSÉ SÉRGIO ZACCARIOTTO

MARIA IZABEL APARECIDA PAROLIM

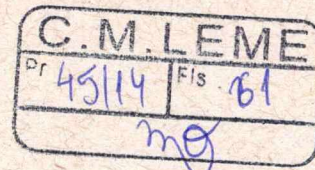

OSVAIR ANTUNES DA SILVA

RICARDO MORAGHI





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



**EMENDA MODIFICATIVA N.º 14 AO PROJETO DE
LEI DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º
27/2014.**



Dá nova redação ao art.33, nos seguintes termos:

**“Art. 33 – O Município poderá, sempre à título precário,
autorizar as Organizações Sociais o uso de bens,
instalações e equipamentos públicos necessários ao
cumprimento dos objetivos no Contrato de Gestão, desde
que aprovados pelo Poder Legislativo.”**

Sala das Sessões “Prof. Arlindo Favaro”, em 21 de julho de 2014.


EDUARDO LEME DA SILVA

FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

GILSON HENRIQUE LANI



JOÃO DEMÉTRIO

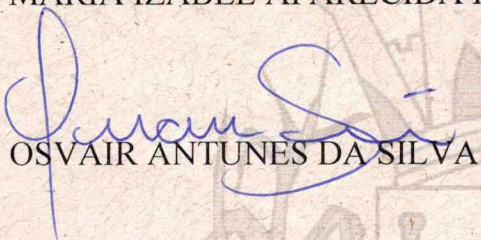
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.LEME	
Pr 45114	Fis 62
mg	

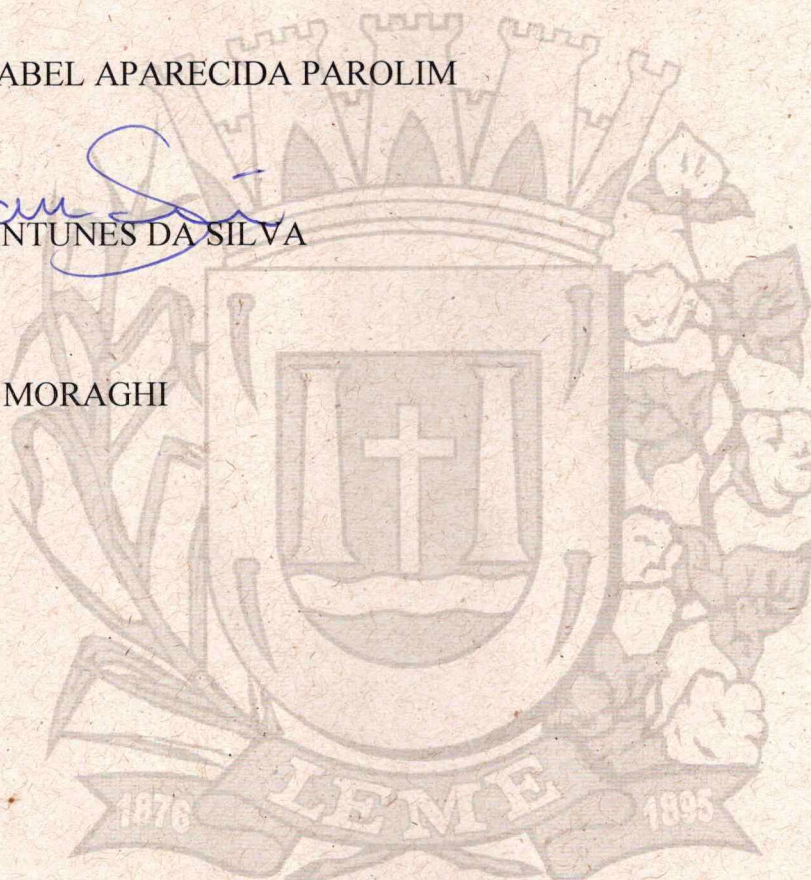
JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI

JOSÉ SÉRGIO ZACCARIOTTO

MARIA IZABEL APARECIDA PAROLIM


OSVAIR ANTUNES DA SILVA

RICARDO MORAGHI





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 4514	Fis 63

Ao

Excelentíssimo Senhor

JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI

DD. Presidente da Câmara de Vereadores do Município de
LEME

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME
Prot N. 1421 L. N.º 33 Fis. 134
Recebido em 21/7/2014
FUNCIONÁRIO

Os Vereadores que este subscrevem, vem
respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer a retirada da emenda
modificativa nº 01, ao Projeto de Lei nº 27/14.

Leme, 21 de julho de 2014.

Aprovado por 09 (nove) votos contra 08 (oito).

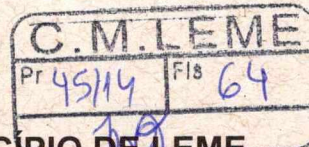
Leme, 21.07.14

José E. Giacomelli

Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



Ao

Excelentíssimo Senhor

JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI

DD. Presidente da Câmara de Vereadores do Município de
LEME



Os Vereadores que este subscrevem, vem a presença de Vossa Excelência para, nos termos do artigo 236, do Regimento Interno desta Casa, requererem “Destaque” na apreciação das seguintes Emendas ao Projeto de Lei nº 27/14: - **Emenda Substitutiva nº 01, do Prefeito Municipal, Emendas Aditivas nºs 01 a 04 – Emendas Modificativas nºs 02 a 14 e Emenda Supressiva nº 01, de Diversos Vereadores.**

Sala das Sessões Profº Arlindo Fávares, em 21
de julho de 2014.

Aprovado por 09 (nove) votos contra 08 (oito)
Leme, 21.07.14

José E. Giacomelli
Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

Pr	43114	Fis	65
h. g.			

A Requerimento dos autores e aprovado por 09 (nove) votos contra 08 (oito), foi a Emenda Modificativa nº 01 retirada.

Em votação, uma a uma, foram as Emendas Substitutiva nº 01, Supressiva nº 01, Aditivas nºs 01 a 04 e Modificativas nºs 02 a 14, aprovadas por 09 (nove) votos contra 08 (oito).

Projeto de Lei nº 27/14, em 1º votação nominal requerida pelo Ver. João Machado e aprovada por unanimidade, foi o referido projeto aprovado por 09 (nove) votos contra 08 (oito).

Votaram pela aprovação os vereadores: Eduardo Leme da Silva, Francisco Ferreira da Silva, Gilson Henrique Lani, João Marcos Demétrio, José Eduardo Giacomelli, José Sérgio Zachariotto, Maria Izabel Aparecida Parolim, Osvair Antunes da Silva e Ricardo Moraghi.

Votaram pela rejeição os vereadores: Adenir de Jesus Pinto, Amarilis de Oliveira Ribeiro, Fábio Roberto Bueno de Oliveira, João Machado, Marcelo Alves de Carvalho Almeida, Raul Augusto Nogueira, Ricardo Pinheiro de Assis e Silvio de Salles Pereira.

Projeto de Lei nº 27/14, em 2º votação nominal, foi aprovado por 09 (nove) votos contra 08 (oito).

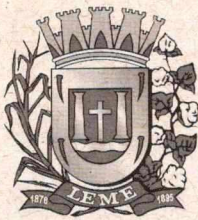
Votaram pela aprovação os vereadores: Eduardo Leme da Silva, Francisco Ferreira da Silva, Gilson Henrique Lani, João Marcos Demétrio, José Eduardo Giacomelli, José Sérgio Zachariotto, Maria Izabel Aparecida Parolim, Osvair Antunes da Silva e Ricardo Moraghi.

Votaram pela rejeição os vereadores: Adenir de Jesus Pinto, Amarilis de Oliveira Ribeiro, Fábio Roberto Bueno de Oliveira, João Machado, Marcelo Alves de Carvalho Almeida, Raul Augusto Nogueira, Ricardo Pinheiro de Assis e Silvio de Salles Pereira.

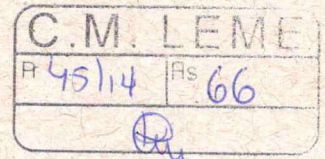
Leme, 21 de julho de 2.014.

José Eduardo Giacomelli

Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 27/14.

“DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O **Prefeito do Município de Leme**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Leme aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

PROGRAMA MUNICIPAL DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Artigo 1º - O Programa Municipal de Organizações Sociais tem o objetivo de fomentar a absorção, pelas Organizações Sociais qualificadas na forma desta Lei, de atividades e serviços de interesse público, somente atinentes à saúde:

- I - adoção de critérios que assegurem padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao cidadão;
- II - promoção de meios que favoreçam a efetiva redução de formalidades burocráticas na prestação dos serviços;
- III - adoção de mecanismos que possibilitem a integração entre os setores públicos do Município a sociedade e o setor privado;
- IV - manutenção de sistema de programação e acompanhamento das atividades que permitam a avaliação da eficácia quanto aos resultados.

Artigo 2º - O Poder Executivo poderá transferir atividades e serviços públicos indicados no art. 1º, para as Organizações Sociais, observado o disposto nesta Lei e na Lei Federal nº 9637/98.

§ 1º - A transferência de que trata este artigo pressupõe prévia manifestação da Secretaria Municipal da Saúde às atividades e serviços a serem transferidos, quanto a sua conveniência e oportunidade.

§ 2º - O Poder Executivo deverá conferir publicidade ao propósito de transferência da atividade ou serviço por meio de avisos publicados no mínimo por duas vezes nos jornais de circulação diária e ampla, além de disponibilização nos meios eletrônicos de comunicação.

CAPÍTULO II

QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADE COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 45/14	Fs 67

Artigo 3º - Organizações Sociais são entidades de direito privado, sem fins lucrativos que, mediante qualificação e formalização de contrato de gestão, celebrado com o Poder Público, passam a absorver a gestão e execução de atividades de interesse público no âmbito do Programa Municipal de organizações Sociais.

Artigo 4º - A qualificação da entidade como Organização Social se dará por ato do Prefeito Municipal mediante prévia autorização do Poder Legislativo e poderá ocorrer a qualquer tempo e independente de sua seleção.

Artigo 5º - O requerimento de qualificação da entidade será instruído com a comprovação do registro de seu estatuto dispondo sobre:

- I - natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
- II - finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- III - estruturação mínima composta pelos órgãos de administração abaixo mencionados, cuja composição e atribuição deverão constar do ato constitutivo:
 - a) - uma diretoria estatutária;
 - b) - um conselho fiscal;
 - c) - uma assembleia geral.

Artigo 6º - A entidade deverá, após ser selecionada para firmar o contrato de gestão e antes de iniciar o mesmo, criar um Conselho de Administração Local, por intermédio de ata de assembleia geral extraordinária de seus associados, que terá como atribuição para decidir todas as questões inerentes ao Contrato de Gestão, Cogestão ou Ato Convenial, no Município onde for qualificada como Organização Social, devendo tal órgão, já definido como Conselho de Administração, ser regido pelas seguintes regras:

- I - ser composto por:
 - a) 45% (quarenta e cinco por cento) de membros eleitos dentre os membros ou os associados;
 - b) 30% (trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho de Administração, dentre as pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral e moradores do município de Leme há mais de 5 anos ininterruptos;
 - c) 25% (vinte e cinco por cento) de membros eleitos pelos empregados da entidade;
- II - os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho de Administração Pública terão mandato de 4 (quatro) anos, admitida uma recondução;



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 45/14	RS 68
[Signature]	

III - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de 2 (dois) anos, segundo critérios estabelecidos no Regimento Interno do Conselho de Administração;

IV - o dirigente máximo da entidade poderá participar das reuniões do Conselho de Administração, sem direito a voto;

V - o Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente 3 (três) vezes ao ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo;

VI - os conselheiros não receberão remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à Organização Social, ressalvada a eventual ajuda de custo por reunião da qual participem;

VII - os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria estatutária da entidade devem renunciar ao assumirem as correspondentes funções executivas;

VIII - são as seguintes as atribuições privativas do Conselho de Administração, em relação ao Contrato de Gestão firmado com o Poder Público, dentre outras:

a) - fixar o âmbito de atuação da dependência fiscal da entidade, para consecução do seu objeto específico;

b) aprovar o Contrato de Gestão;

c) aprovar a proposta de orçamento do Contrato de Gestão e o programa de investimentos;

d) aprovar o Regimento Interno da dependência fiscal criada em razão do Contrato de Gestão, que deve dispor sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências;

e) aprovar por 2/3 (dois terços) de seus membros o regulamento contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras e serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;

f) aprovar e encaminhar à Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela diretoria estatutária;

g) fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas no Contrato de Gestão e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa, se for o caso.

IX - Proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado membro da entidade.

Parágrafo único - O pedido de qualificação como Organização Social será encaminhado ao Prefeito Municipal por meio de requerimento escrito acompanhado de documentos que comprovem o efetivo desenvolvimento das atividades descritas no artigo 1º, bem como, constituição da entidade em período superior há 5 (cinco) anos, com respectivas cópias endereçadas à Câmara Municipal.



Artigo 7º - As entidades qualificadas como Organizações Sociais ficam equiparadas, para efeitos tributários, às entidades reconhecidas de interesse social e de utilidade pública, enquanto o Contrato de Gestão for vigente.

Artigo 8º - A entidade perderá a sua qualificação como Organização Social, a qualquer tempo, quando houver alteração nas condições que ensejaram o recebimento da qualificação ou quando constatado o descumprimento das disposições contidas no Contrato de Gestão.

§ 1º - A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da Organização Social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º - A desqualificação importará reversão dos bens cujo uso lhes tenha sido permitido pelo Município e dos valores entregues para utilização da Organização Social, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

CAPÍTULO III **SELEÇÃO**

Artigo 9º - Ocorrerá o processo de seleção de entidades quando houver mais de uma instituição qualificada para prestar o serviço objeto da parceria para fins da transferência de que trata esta Lei, e ela far-se-á com observância das seguintes etapas:

- I – publicação do edital;
- II – recebimento e julgamento das propostas;

Artigo 10 - O edital conterá:

- I – descrição detalhada da atividade a ser transferida e dos bens e equipamentos a serem destinados para esse fim;
- II – critérios objetivos para o julgamento da proposta mais vantajosa para a administração pública, que restará comprovada mediante avaliação do projeto apresentado, de acordo com as diretrizes fixadas pela Secretaria da Saúde junto ao respectivo processo, que deverá estabelecer critérios de pontuação, mediante suas diretrizes e planejamento já proposto e em execução, em se tratando de concurso de projeto;
- III – apresentação além de proposta técnica, conforme elencada no item II, de proposta financeira complementar; e
- IV – fixação de prazo para apresentação de proposta de trabalho.



Artigo 11 - A proposta de trabalho apresentada pela entidade deverá conter os meios e os recursos orçamentários necessários à prestação dos serviços a serem transferidos e ainda:

- I - especificação do programa de trabalho proposto;
- II - especificação do orçamento;
- III - definição de metas operacionais, indicativas de melhoria da eficiência e qualidade do serviço, do ponto de vista econômico, operacional e administrativo, e os respectivos prazos de execução;
- IV - definição de indicadores adequados de avaliação de desempenho de qualidade na prestação dos serviços autorizados;
- V - comprovação da regularidade jurídico-fiscal e da boa situação econômico-financeira da entidade;
- VI - comprovação de capacidade técnica para desempenho da atividade definida junto ao instrumento contratual.

§ 1º - A comprovação da boa situação financeira da entidade far-se-á por meio do cálculo de índices contábeis usualmente aceitos.

§ 2º - A exigência do inciso VI deste artigo, limitar-se-á à demonstração, pela entidade, de sua experiência gerencial na área relativa ao serviço a ser transferido, bem como da capacidade técnica do seu corpo funcional, podendo o edital estabelecer, conforme recomende o interesse público e considerando a natureza dos serviços a serem transferidos, tempo mínimo de existência prévia das entidades interessadas a participar do procedimento de seleção.

Artigo 12 - No julgamento das propostas serão observados, além de outros definidos em edital, os seguintes critérios:

- I - Economicidade e otimização dos indicadores objetivos e de eficiência e qualidade do serviço;
- II - Demonstração da vantajosidade do projeto, frente a demanda municipal por qualificação de sua estrutura assistencial.

Artigo 13 - Demonstrada a inviabilidade de competição e desde que atendidas as exigências relativas à proposta de trabalho, a entidade poderá ser convidada a assinar o Contrato de Gestão.

Parágrafo único - Para os efeitos desta lei dar-se-á inviabilidade de competição quando:

- I - após a publicidade da atividade a ser transferida pelo Poder Público apenas uma entidade houver manifestado interesse pela gestão da atividade a ser transferida;
- II - houver impossibilidade material técnica das demais entidades participantes, caso em que deverá ser ouvido o Conselho Municipal da área correspondente à atividade a ser transferida.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 45119	Fs 71
Ba	

Artigo 14 - Constitui condição indispensável para a participação no procedimento de seleção a prévia qualificação como Organização Social da entidade interessada.

CAPÍTULO IV

SEÇÃO I

CONTRATO DE GESTÃO

Artigo 15 – As Organizações Sociais que a qualquer tempo tenham sido objeto de investigação por qualquer dos Poderes, seja Executivo, Legislativo ou Judiciário, deverão ser impedidas de participar do programa disposto nesta Lei.

Artigo 16 - Para os efeitos desta Lei entende-se por Contrato de Gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como Organização Social com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no artigo 1º.

Parágrafo único - É dispensável a licitação ou concurso de projeto para a celebração do Contrato de Gestão de que trata o "caput" deste artigo, nos termos do art. 24, XXIV, da Lei Federal nº 8.666/93, com a redação dada pela Lei Federal nº 9.648/98.

Artigo 17 - O Contrato de Gestão será instrumentalizado sempre por escrito, com as atribuições, responsabilidades e obrigações a serem cumpridas pelo Município e pela Organização Social, observando as regras gerais de direito público e deverá conter cláusulas que disponham sobre:

I - atendimento indiferenciado aos usuários dos serviços objeto do Contrato de Gestão;

II - indicação de que, em caso de extinção da Organização Social ou rescisão do Contrato de Gestão, o seu patrimônio, os legados e as doações que lhe forem destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão incorporados ao patrimônio do Município;

III - adoção de práticas de planejamento sistemático das ações da Organização Social mediante instrumentos de programação, acompanhamento e avaliação de suas atividades, de acordo com as metas pactuadas;

IV - obrigatoriedade de publicação anual de demonstrações financeiras elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade e do relatório de execução do Contrato de Gestão;

V - obrigatoriedade de especificar o programa de trabalho proposto pela Organização Social, estipular as metas a serem atingidas, os prazos de execução e os critérios objetivos de avaliação de desempenho, inclusive mediante indicadores de qualidade e produtividade;



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
P 45114	Rs 72
[Signature]	

VI - estipulação de limites e critérios para remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem pagas aos dirigentes e empregados da Organização Social, no exercício de suas funções;

VII - vinculação dos repasses financeiros que forem realizados pelo Município ao cumprimento das metas pactuadas no Contrato de Gestão.

§ 1º - Em casos excepcionais e sempre em caráter temporário, visando a continuidade da prestação dos serviços e mediante autorização prévia e expressa do Conselho de Administração, a Organização Social poderá contratar profissional com remuneração superior aos limites de que trata o inciso VI deste artigo,

§ 2º - A contratação efetuada nos termos do parágrafo anterior deverá ser imediatamente submetida à apreciação do Poder Público, por meio da Secretaria Municipal da área e não importará em incremento dos valores do Contrato de Gestão.

Artigo 18 - São responsáveis pela execução, acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão de que trata esta Lei, no âmbito das Organizações Sociais:

- I – a diretoria estatutária da entidade, à qual caberá executar o Contrato de Gestão e, se for o caso, fiscalizar a execução em relação às suas entidades filiadas;
- II – Os Conselheiros da Administração e Fiscal da entidade;
- III – a Câmara dos Vereadores.

Artigo 19 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato de Gestão, sem prejuízo da ação institucional dos demais órgãos normativos e, de controle interno e externo do Município, serão efetuados:

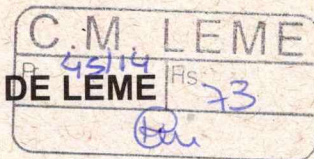
- I - quanto às metas pactuadas e aos resultados alcançados, pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal da área;
- II - quanto ao aprimoramento da gestão da Organização Social e a otimização do padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao cidadão, pelo Poder Público.

Artigo 20 - A prestação de contas da Organização Social, a ser apresentada trimestralmente ou a qualquer tempo, conforme recomende o interesse público, far-se-á por meio de relatório pertinente à execução do Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado dos respectivos demonstrativos financeiros, de acordo com as instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo -TCESP.

Parágrafo 1º - Ao final de cada exercício financeiro a Organização Social deverá elaborar consolidação dos relatórios e demonstrativos, também nos Termos das Instruções do TCESP, de que trata este artigo e encaminhá-la à Secretaria Municipal da área.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



Parágrafo 2º - A Organização Social deverá apresentar a qualquer tempo, mediante requerimento expresso de qualquer Vereador, desde que aprovado pelo Plenário, os documentos e contas que deixarem dúvidas acerca de sua transparência.

Artigo 21 - O órgão competente da Secretaria Municipal da Saúde, responsável pela supervisão, fiscalização e avaliação do Contrato de Gestão, emitirá relatório técnico sobre os resultados alcançados pelas Organizações Sociais na execução do Contrato de Gestão e sobre a economicidade do desenvolvimento das respectivas atividades, e o encaminhará a Secretaria da Saúde e a Câmara dos Vereadores até o último dia do mês subsequente ao encerramento de cada trimestre do exercício financeiro.

§ 1º - Ao final de cada exercício financeiro será elaborada consolidação dos relatórios técnicos de que trata este artigo, devendo o Secretário da Saúde encaminhá-la, acompanhado de seu parecer conclusivo, ao Prefeito Municipal para posterior encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara dos Vereadores.

§ 2º - Caso as metas pactuadas no Contrato de Gestão não sejam cumpridas em pelo menos 80% (oitenta por cento), o Secretário da Saúde deverá submeter os relatórios técnicos de que trata o caput deste artigo, acompanhados de justificativa a ser apresentada pela Organização Social à Comissão de Avaliação.

§ 3º - Com base na manifestação da Comissão de Avaliação, o Secretário da Saúde deverá ouvir a Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos para decidir, alternativamente, sobre a aceitação da justificativa, a indicação de medidas de saneamento ou a rescisão do contrato de Gestão.

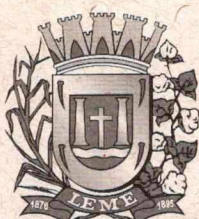
Artigo 22 - Os servidores do órgão competente da Secretaria Municipal da Saúde pela supervisão, fiscalização e avaliação do Contrato de Gestão ao conhecerem qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de ordem pública, dela darão ciência ao Secretário da Saúde e ao Prefeito Municipal para as providências relativas aos respectivos âmbitos de atuação, sob pena de responsabilidade solidária.

Artigo 23 - A Comissão de Avaliação avaliará anualmente a otimização do padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao cidadão e o aprimoramento da gestão das Organizações Sociais, na forma que dispuser o regulamento.

Parágrafo único - A qualquer tempo e conforme recomende o Interesse público, a Comissão de Avaliação requisitará às Organizações Sociais as informações que julgar necessárias.

SEÇÃO II

EXECUÇÃO, AVALIAÇÃO, E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO



Artigo 24 - A Comissão de Avaliação que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos de Gestão celebrados por Organizações Sociais no âmbito de sua competência, será composta por:

I - três membros indicados pelo Poder Executivo, com notória capacidade e adequada qualificação;

II - quatro membros indicados pela Câmara Municipal;

III - dois membros da sociedade civil, escolhidos entre os funcionários da Secretaria Municipal da Saúde;

§ 1º - O presidente da comissão será eleito entre todos os indicados, para mandato de 2 anos, podendo ser reeleitos por uma vez;

§ 2º - A entidade apresentará à Comissão de Avaliação, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

§ 3º - Sem prejuízo do disposto no § 2º, os resultados atingidos com a execução do Contrato de Gestão devem ser analisados, periodicamente, pela Comissão de Avaliação prevista no "caput".

§ 4º - A Comissão deverá encaminhar à autoridade supervisora e à Câmara dos Vereadores, o relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§ 5º - O Poder Executivo, mediante expressa autorização do Poder Legislativo, regulamentará a instalação e o funcionamento Comissão de Avaliação.

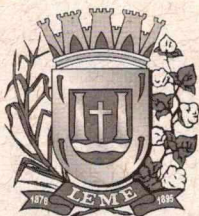
Artigo 25 - Havendo indícios fundados de malversação dos bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público e comunicarão ao Prefeito Municipal para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado danos ao patrimônio público.

Artigo 26 - Até o término de eventual ação o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores sequestrados ou indisponíveis e zelará pela continuidade das atividades sociais da entidade.

Artigo 27 - O balanço e demais prestações de contas da Organização Social devem, necessariamente, ser publicados na imprensa regional e analisados pelo Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO V

INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO NO SERVIÇO TRANSFERIDO



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Fls	25
C.M. LEME	
Fls	75

Artigo 28 - Na hipótese de risco quanto ao regular cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Gestão poderá o Município assumir a execução dos serviços que foram transferidos, a fim de manter a sua continuidade.

§ 1º - A intervenção será feita por meio de decreto do Prefeito Municipal, que indicará o interventor e mencionará os objetivos, limites e duração, a qual não ultrapassará 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º - Decretada a intervenção, o Secretário Municipal a quem compete a supervisão, fiscalização e avaliação da execução de Contrato de Gestão deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato respectivo, instaurar procedimento administrativo para apurar as causas determinantes da medida e definir responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3º - Cessadas as causas determinantes da intervenção e não constatada culpa dos gestores, a Organização Social retomará a execução dos serviços.

§ 4º - Comprovado o descumprimento desta Lei ou do Contrato de Gestão será declarada a desqualificação da entidade como Organização Social, com a reversão do serviço ao Município, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§ 5º - Enquanto durar a intervenção, os atos praticados pelo interventor deverão seguir todos os procedimentos legais que regem a Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO VI

SERVIDOR PÚBLICO NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Artigo 29 - Poderão ser colocados à disposição da Organização Social servidores do Município que estiverem vinculados ao serviço transferido, desde que estes servidores estiverem de acordo e com suas prévias e expressa anuência.

Parágrafo único - Durante o período da disposição, o servidor público observará as normas internas da Organização Social.

Artigo 30 - O servidor colocado à disposição de Organização Social poderá, a qualquer tempo, mediante requerimento ou por manifestação da Organização Social, ter sua disposição cancelada.

Parágrafo único - Nenhum servidor público sofrerá qualquer tipo de prejuízo em relação a remuneração e a estabilidade com a adesão ao Programa Municipal de Organizações Sociais.

Artigo 31 - Não será incorporada à remuneração de servidor, no seu cargo de origem, vantagem pecuniária que lhe for paga pela Organização Social.



Artigo 32 - O servidor com duplo vínculo funcional poderá ser colocado à disposição de Organização Social, apenas por um deles, desde que haja compatibilidade de horário.

Artigo 33 - O valor pago pelo Município, a título de remuneração e de contribuição previdenciária do servidor colocado à disposição da Organização Social, será abatido do valor de cada repasse mensal.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 34 - O Município poderá, sempre a título precário, autorizar as Organizações Sociais o uso de bens, instalações e equipamentos públicos necessários ao cumprimento dos objetivos no Contrato de Gestão, desde que aprovados pelo Poder Legislativo.

Artigo 35 - O Programa Municipal de Organizações Sociais não obsta a Administração de promover a concessão ou a permissão de serviços de interesse público, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 36 - As despesas decorrentes de aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 37 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leme, 21 de Julho de 2.014.


José Eduardo Giacomelli

Presidente